

ANA LÚCIA LOPES NUNES

ACOLHIDA DA COLONIA

**Análise do agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC
como alternativa de renda dos agricultores familiares**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS**

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO
GRADUANDO: ANA LÚCIA LOPES NUNES**

ACOLHIDA DA COLONIA

**Análise do agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC
como alternativa de renda dos agricultores familiares**

TCC – Trabalho Conclusão de Curso

Orientadora:

Prof^a Dr^a MARIA SOLEDAD ETCHEVERRY

Banca: Dr. DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM

Dr^a MÁRCIA DA SILVA MAZON

FLORIANÓPOLIS

2010

**Dedico ao Sr. Nivaldo José Lopes (in memorian)
que sempre acreditou.**

AGRADECIMENTOS:

Dificuldades pessoais me levaram a beira de desistir, porém este não era o caminho idealizado. Quando retornei para a Universidade fora com o objetivo de concluir o curso de Ciências Sociais. Logo agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina a oportunidade de retornar e concluir mais uma etapa de minha vida.

Agradeço aos colegas que tornaram isto possível, são eles Flávio Celso Nunes, Olavo Carneiro da Cunha Brito e Maria da Glória Baumann.

Mãos estendidas foram se apresentando durante todos estes anos. Parentes e amigos que surgiam nos momentos críticos como alívio para todas as minhas angústias.

O meu obrigado:

– ao meu marido que cuidou de nossa filha e driblava o tempo tornando tudo mais fácil;

– a minha filha que teve toda a sua rotina alterada para tornar possível a minha volta para a universidade;

– a minha tia Teresa Alaíde Lopes e minha sogra Enedina Arcina Nunes que cuidaram da minha filha para que eu pudesse estudar ou assistir as aulas;

– a minha colega de trabalho Cláudia Schroeder Coelho que me incentivou e ajudou nos momentos em que precisei me ausentar.

A minha gratidão precisa ficar registrada, muitas pessoas atuam constantemente tornando possível que novos profissionais se habilitem, como a D. Maria de Lourdes Vargas chefe de expediente no departamento de Ciências Sociais professores em geral, da orientadora Dr^a Cécile Hélène Jeanne Raud (in memorian), Maria Ignez Silveira Paulilo e Márcia Mazon que compuseram a banca que qualificou meu projeto.

Livros foram emprestados, textos organizados, tudo tornava este caminhar possível.

Na correria do dia-a-dia, ao chegar na Universidade, percebíamos as salas todas limpas e organizadas pelas equipes da limpeza que trabalhavam

silenciosamente na manutenção da ordem. A todos vocês a minha gratidão.

O meu muito obrigado à orientadora Prof^a Dr^a Maria Soledad Etcheverry pela compreensão e auxílio.

Aponto também o pessoal do xérox que através da cumplicidade, da paciência e do crédito, acompanharam o galgar desta trajetória.

Enfim, obrigado Deus que colocou as pessoas certas em meu caminho.

LISTA DE SIGLAS

AAAC – Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia
ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural
AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
CEPAGRO – Centro do Estado e Promoção da Agricultura de Grupo
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Turismo
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiares
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A
SEBRAE/SC – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviços Nacional de Aprendizagem Comercializado
SRL – Santa Rosa de Lima
TRAF – Turismo rural na Agricultura Familiar
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	14
1.1 – Agricultura familiar	14
1.2 – Multifuncionalidade agrícola	21
CAPÍTULO 2	
Trajetória do desenvolvimento do espaço rural e as atividades não agrícolas	24
2.1 - O espaço rural e o turismo	29
2.1.1 – Desenvolvimento local	32
2.2 - Turismo rural	39
2.3 – As atividades turísticas no espaço rural	43
2.4 – Turismo rural como alternativa complementar de renda	48
CAPÍTULO 3	54
3.1- Santa Rosa de Lima em uma análise – Histórico do município de SRL/SC	54
3.2 – Santa Rosa de Lima partindo para novos rumos	61
CAPÍTULO 4.....	
O agroturismo atuando em Santa Rosa de Lima	65
4.1 – Propriedades que participam do agroturismo em SRL/SC	68
4.2 – Regras básicas assumidas pelas pousada	74
4.3 - O agroturismo no discurso das famílias associadas	75
4.4 – Mulheres	78
4.5 – Jovens	79
4.6 – Resultados	81
CAPÍTULO 5	84
Qualidade de vida	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
ANEXO	93
BIBLIOGRAFIA	104

INTRODUÇÃO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC da Universidade Federal de Santa Catarina para o curso de Ciências Sociais cujo objetivo maior é analisar o agroturismo¹, atividade rural não agrícola, como uma ação compensatória² para um desenvolvimento rural sustentável desenvolvida no município de Santa Rosa de Lima (SRL), que se localiza ao Sul de Santa Catarina. Verificou-se como foi realizado o processo de implantação do turismo no município e identificou-se a influência das atividades de turismo na qualidade de vidas dos agricultores, bem como uma oportunidade de complemento de renda dos agricultores familiares que participam da Acolhida da Colônia, nas zonas rurais desta região.

O interesse pelo assunto aconteceu por acaso, quando durante um dia de trabalho no mercado, um representante nos indicou uma pousada diferente, nas Encostas Da Serra Geral³, onde os colonos recebiam as pessoas em suas casas e ofereciam a preços bem baixos quartos limpos e confortáveis incluindo boas refeições.

1 – Agroturismo -é uma modalidade de turismo praticada no meio rural, por agricultores familiares dispostos a compartilhar seu modo de vida com os habitantes do meio urbano. Os agricultores, mantendo suas atividades agropecuárias, oferecem serviços de qualidade, valorizando e respeitando o meio ambiente e a cultura local. (www.wikipedia.org.)

2 – Ação compensatória - são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (GTI, 1997; Santos,1999; Santos,2002). Esse foi um dos primeiros conceitos surgidos no Brasil dentro do GTI - Grupo de Trabalho Interdisciplinar criado no governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995, hoje já extinto. Existem ainda ações afirmativas que são desenvolvidas fora do Estado por instituições da sociedade civil com autonomia suficiente para decidir a respeito de seus procedimentos internos, tais como partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, escolas, igrejas, instituições privadas etc. As ações afirmativas, neste sentido podem ser temporárias ou não, dependendo das normas que as criaram. (www.wikipédia.org)

Achamos tudo muito curioso, resolvemos ir até a região conferir. A primeira pergunta que tínhamos era como acontecia o turismo nesta região?

O município de SRL fora escolhido para o presente estudo devido o seu histórico com o agroturismo onde é possível perceber o trabalho desenvolvido se sobressaindo aos demais municípios, isto é, sendo referência na atividade.

O agroturismo, conhecido como “Acolhida da Colônia” é uma modalidade de turismo praticada no meio rural por famílias de agricultores que compartilham seu modo de vida com turistas. Tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo, assim como de ajudar a estabilizar a economia local, criando empregos nas atividades indiretamente ligadas à atividade agrícola e ao próprio turismo, como comércio de mercadorias, serviços auxiliares, construção civil, entre outras, além, de abrir oportunidades de negócios diretos, como hospedagem, lazer e recreação.

O foco da pesquisa é a Acolhida da Colônia. Acolhida é a hospedagem de pessoas por famílias de agricultores que cultivam e fabricam alimentos orgânicos⁴. É uma nova alternativa de renda para alguns agricultores familiares que mesclam as atividades no campo com atividades turísticas como: manter uma pousada em sua propriedade ou um restaurante colonial, manter um armazém de produtos caseiros orgânicos, receber grupos para vivência do cotidiano rural, para conhecer práticas de agroecologia⁵ ou para atividades de educação ambiental entre outros. É um programa fomentado pelo Estado de Santa Catarina, nascido a partir da AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina.

3 - As **Encostas da Serra Geral** é uma região natural de Santa Catarina. Os municípios que compõe o território, situado às cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari, são: Santa Rosa de Lima, Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna, Grão Pará e Gravatal.

4 - Orgânico é o termo freqüentemente usado para a produção de alimentos e outros produtos vegetais que não faz uso de produtos químicos sintéticos, tais como fertilizantes e pesticidas, nem de organismos geneticamente modificados. Geral mente adere aos princípios de agricultura sustentável. (www.wikipédia.org)

5 - Agroecologia – como ciência é dedicada ao estudo das relações

Agreco é uma organização que se assume solidária pela preservação da vida e da natureza, protagonista na região por disseminar o uso de técnicas alternativas de manejo sustentável e a grande responsável por este mérito ao município. (AGRECO)

METODOLOGIA:

O primeiro contato fora através de uma pesquisa de campo, onde seguimos sem nenhum conhecimento, de onde, como ou quem ofereciam estes quartos coloniais. A informação era a de que as famílias eram muito acolhedoras e gostavam de mostrar os seus produtos produzidos de forma orgânica, orgulhosos de seus esforços. Explorando a Região das Encostas da Serra Geral, chegamos a Anitápolis visitando em seguida Santa Rosa de Lima em Santa Catarina.

Embora nosso primeiro contato com o agroturismo tivera sido bastante revelador, precisávamos nos aprofundar mais, uma vez que este era um caminho totalmente desconhecido para nós.

No segundo momento, como aprendemos durante as aulas de metodologia enquanto estudávamos o texto de Roberto de Oliveira (1998), “domesticando o olhar” buscamos na internet informações sobre o objeto de trabalho, o agroturismo, na intenção de garantir um melhor uso dos dados observados.

Munidos de uma câmera fotográfica e de algumas perguntas para as entrevistas, retornamos noutra oportunidade à região de estudo. Procuramos pela Prefeitura pedindo informações, porém não conseguimos nenhuma informação ou material disponível. Os contatos foram estabelecidos com pessoas do município que trabalham com o agroturismo, os quais nos eram indicados de boca em boca.

produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As práticas agroecológicas podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo. São baseadas na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. (www.santarosadelima.sc.gov).

Na coleta de informações utilizamos a metodologia qualitativa e como instrumento a entrevista semi-estruturada realizada nas propriedades. O roteiro de perguntas foi planejada na função de auxiliar na condução das entrevistas e conseguir alcançar o objetivo pretendido. As perguntas norteadoras além de auxiliarem na interação com os informantes têm a intenção de guiar o entrevistado a fornecer a informação de forma mais precisa e evitar que se esqueça de algum item importante para esta pesquisa.

O objetivo das entrevistas era comparar como era a vida dos habitantes da região de SRL antes da Acolhida e como está sendo depois da introdução do turismo, verificando as mudanças importantes com relação à renda familiar.

Na pesquisa de campo, por ser uma investigação empírica realizada no local onde ocorre o objeto de estudo, através da observação assistemática, buscamos o acesso ao modo pelo qual os valores sociais são vivenciados no cotidiano dos agricultores. Aproximamos fazendo uso de um diário de campo onde anotamos a trajetória de algumas famílias e as dificuldades enfrentadas por estas pessoas para sobreviverem e continuarem em suas terras na luta de não serem mais um acréscimo no número do êxodo rural.

Buscou-se informações de qual seria a principal fonte de renda da família agricultora e, também, dando a palavra aos próprios agricultores, procuramos identificar suas percepções sobre formas de organização das suas condições de sobrevivência, incluindo-se as formas de agricultura, turismo e os recursos disponíveis.

Algumas dificuldades eram encontradas no desenrolar das entrevistas, pois o discurso nos parecia pronto. Todos os entrevistados repetiam o mesmo contexto. Era nas rodinhas de conversas ao pé do fogão a lenha que obtínhamos resultados mais interessantes para a pesquisa. Alguns nos perguntavam: “_ Vocês já viram o site?”

No momento da escrita, seguindo o princípio da ética, quando citados, foi impresso somente as iniciais dos nomes dos informantes, ou apelidos, respeitando a

integridade dos depoimentos, permitindo, desta forma, que a pesquisa fosse um objeto de descoberta para todos os envolvidos, para que pudéssemos aprender um pouco com essa trajetória.

JUSTIFICATIVA

O enfoque principal desse trabalho teve como ponto de partida a multifuncionalidade da agricultura familiar, a intenção de aplicar este conceito pode ser justificada devido à nova forma de se pensar o meio rural, aonde através da agricultura familiar novos serviços além da produção de alimentos vêm sendo apresentados à sociedade, como o agroturismo, que vem gerando emprego e garantindo melhores condições de vida para as famílias do campo. Desta forma, buscamos trazer alguns elementos de discussão em torno do papel do espaço rural, mais especificamente da agricultura familiar frente ao desafio da multifuncionalidade agrícola.

A intenção é analisar o agroturismo como complemento de renda das famílias participantes em Santa Rosa de Lima/SC, estudo que se justifica pela extrema importância de no debate acadêmico repensar as questões da agricultura familiar e as dificuldades que vem enfrentando em se manterem no campo.

ESTRUTURA DO TRABALHO:

Este trabalho contém oito capítulos nos quais tratamos dos assuntos que julgamos necessários por estarem intimamente ligados ao objeto de estudo. Iniciando com a “agricultura familiar” por representar uma das principais atividades econômica de Santa Rosa de Lima/SC, e também por ser uma das condições necessárias para o pequeno produtor se engajar no projeto do agroturismo. Seguindo pelo caminho da multifuncionalidade pela sua utilidade na compreensão da evolução da agricultura familiar e nos diferentes papéis que ela pode desempenhar.

Trabalhamos na trajetória do desenvolvimento do espaço rural e as atividades não agrícolas, uma vez que

esclarece a atual situação da comunidade, região de nossos estudos, para seguirmos pelos caminhos do turismo rural, o qual elucidará o agroturismo que é uma das suas modalidades e também por ser uma das possibilidades de complemento de renda das famílias agricultoras.

Apresentamos o histórico e as características de SRL/SC, município escolhido para o presente estudo. Expomos alguns dados relativos aos objetivos e propósitos da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – AAAC por ser a associação a responsável em desenvolver o programa do agroturismo nas propriedades da região. Para então, analisarmos o agroturismo, que a partir das visitas de técnicos, produtores, estudantes com o intuito de aprimorarem conhecimentos e dos agricultores que os recebem numa troca de experiências culminaram por ingressar numa atividade rentável, transformando o visitante em turista e cliente dos serviços prestados pelas famílias agricultoras. Concluindo a análise observamos a qualidade de vida dos mesmos para em seguida fecharmos esta análise com as considerações finais.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo, introduzimos uma breve reflexão sobre as condições da agricultura familiar, uma vez que esta é a principal atividade econômica do município escolhido para estudo, baseada na produção de alimentos orgânicos, gado leiteiro, tabaco e outras culturas em pequena escala, desenvolvida em SRL. Refletir sobre este tema é importante para esclarecer um panorama do ambiente rural das famílias, suas condições materiais e suas formas de vida, tais como sua rotina, propriedade, dentre outros.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo GONÇALVES e SOUZA (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4^o do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei n.^o 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei n.^o 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais⁶ e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

6 – MÓDULO FISCAL é a unidade de medida, expressa em hectares, que busca refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel rural, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. Deriva do conceito de propriedade familiar, que nos termos do inciso II, do artigo 4^o da Lei n^o 4.504/64 (Estatuto da Terra), entende-se como: "o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros". (Wikipédia)

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁷ enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenha, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos quando se trata de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não do estabelecimento e mantenham até dois empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

Recentemente, a maioria dos trabalhos consultados na literatura especializada adotaram como definição de agricultura familiar o critério da mão-de-obra utilizada, o tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. O ponto comum encontrado nestas definições é que ao mesmo tempo em que se destacam das propriedades dos meios de produção, se menciona que é a família quem assume o trabalho no estabelecimento.

Conforme a Prof^a Nazareth Wanderley “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, no Brasil, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos assume ares de novidades e renovação” (WANDERLEY, 2001:21).

7 – PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os médios e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo a cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e a propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. (Wikipédia).

Segundo WANDERLEY (1999), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado; e uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais. Assim a agricultura familiar é entendida, neste estudo, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno da e para a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio (TEDESCO, 1999).

Historicamente referia-se ao mesmo sujeito como camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. As terminologias variadas obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

A agricultura brasileira é habitualmente subdividida de acordo com as características sócio-econômicas e tecnológicas.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação entre os dois modelos: o “patronal” e “familiar”.

O modelo patronal teria como característica a separação completa entre a gestão e trabalho, a organização seria descentralizada e ênfase se daria na especialização. (FAO/INCRA, 1994).

Conforme o INCRA, a agricultura familiar atende a duas condições, isto é, a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e o trabalho

familiar é superior ao trabalho contratado. É definida como:

“O modelo que se caracteriza pela relação íntima entre o trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo” (FAO/INCRA, 1994, p. 21).

A agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade do campo e da produção. Esta, além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Para ABRAMOVAY a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém, contar com até cinco empregados temporários. A agricultura patronal pode contar com empregados permanentes e ou temporários.

CARMO (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção □ rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os

produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Desta forma, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Conforme estudo realizado por Cazella (2002^a), no Brasil, a difusão do enfoque de agricultura familiar no início dos anos 1990 evidenciou, pouco a pouco, as limitações do conceito de pequena produção, até então, amplamente difundido. Esta expressão é utilizada ainda nos dias de hoje para se referir às unidades agrícolas familiares, presentes em todas as regiões do país, apesar do seu precário enquadramento nas políticas públicas formuladas para o setor agrícola.

Na tese de Ricardo Abramovay (1992) demonstrou que a agricultura de países mais desenvolvidos, tais como a França e mesmo os Estados Unidos da América, têm como base à existência de unidades agrícolas familiares altamente produtivas. A agricultura familiar não deveria ser entendida, necessariamente, como sinônimo de pequena produção – como ainda ocorre freqüentemente no Brasil.

O relatório final de documentos elaborados por pesquisadores atuantes sob a égide da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA) apresenta uma tipologia das modalidades de produção agropecuárias existentes no país, destacando o peso estratégico da agricultura familiar no mercado interno dos produtos agro-industriais. O número de estabelecimentos agrícolas, classificados em três categorias familiares (“consolidada”, “em transição” e “periférica”), ultrapassa amplamente o número de unidades patronais, nas quais predomina a mão-de-obra assalariada. Recentemente, o Censo Agropecuário, realizado no ano agrícola 1995/1996, identificou

4.859.864 explorações agrícolas, dentre as quais 11,4% patronais e 85,2% familiares (os 3,4% restantes correspondem a instituições religiosas e entidades públicas).

O rural adquire importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. A opção pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural vem adquirindo uma unanimidade que se baseia, de maneira geral, em análises que lhe atribuem uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal, particularmente por sua potencialidade em termos de “sustentabilidade” e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural. Esta constatação foi ilustrada com riquezas de dados pelo relatório técnico elaborado pelo Projeto de Cooperação Incra/FAO, no ano 2000.

Segundo dados da FAO/INCRA (1995), no Brasil existem cerca de 6,5 milhões de estabelecimentos familiares, que apesar de ocuparem 25% da área cultivada, superam a produção patronal em quinze importantes produtos: carne suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja. A produção familiar somente é superada em quatro produtos: soja, cana-de-açúcar, arroz e carne bovina. Outro aspecto destacado por estes dados é de que em mais da metade das atividades, a produção familiar consegue rendimentos físicos superiores ou idênticos ao da patronal, demonstrando a sua superioridade econômica e produtiva.

Esta constatação forneceu um certo reconhecimento político aos trabalhos empreendidos por numerosas ONGS e movimentos sociais, implicados na valorização e inserção dos pequenos produtores nas dinâmicas de desenvolvimento do meio rural. A partir de então, o interesse pelo tema da agricultura familiar se expandiu rapidamente.

A agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território. Preenche também vários requisitos, como fornecer alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e

reproduzir-se como forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. Citamos ABRAMOVAY quando expressa que:

“Se quisermos combater a pobreza, precisamos, em primeiro lugar, permitir a elevação da capacidade e investimentos dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua inserção em mercado que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos.”

Conforme GUANZIROLI, 2001, a agricultura familiar tornou-se de grande importância para a revalorização do meio rural, demonstrando ser possível unir a eficiência econômica com a eficiência social.

Podemos observar a relevância por meio do levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra e criar postos de trabalho e gerar renda. “Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura”. (Brasil/MDA, 2007, sp.).

A agricultura familiar é uma categoria expressiva no município de SRL/SC e que vem passando por transformações na relação do rural com o urbano. É ela a responsável pela produção da maioria dos alimentos de qualidade consumidos pela comunidade, porém não lhes confere uma renda compatível para uma vida digna, levando-os a uma baixa estima. Suas necessidades se confirmam na busca de novas atribuições e múltiplas alternativas produtivas praticadas na região das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina.

1.2 MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

A partir dos anos 1990, ganha força o tema multifuncionalidade da agricultura que, segundo MALUF (2003) é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar.

Para CARNEIRO (2003, p.20) a “noção de multifuncionalidade da agricultura surge no contexto de busca de soluções para as 'disfunções' do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local”.

O conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil, da Declaração de Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, 3-14 de junho de 1992). A multifuncionalidade pode ser definida como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (Laurent, 1999). A partir da conferência Eco 92, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária.

De certa maneira, o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais permitiu agregar um caráter operacional (e diversos instrumentos) às noções bastante abstratas de desenvolvimento sustentável (Mormont, 2000) ou de agricultura sustentável (Sabourin, 1999; Bedushi e Abramovay, 2003). Pois, defender uma agricultura multifuncional leva precisamente a valorizar, a preservar, a tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral, associadas à agricultura. Isto supõe garantir a reprodução ou a atualização das relações humanas, das estruturas sócio-econômicas, das instituições que garantem essas funções – geralmente não mercantis – e os valores a elas associados (Bathélémy, 2003).

Como fundamento da preservação dos equilíbrios sócio-econômicos no âmbito rural⁸, busca-se o reconhecimento da multifuncionalidade da atividade agrícola e da sua importância para um desenvolvimento integrado entre os países.

A multifuncionalidade surge como uma nova forma de pensar a agricultura. Consiste nos fatores culturais, sociais e históricos que são associadas a esta forma de vida e que uma vez devidamente valorizadas levam os países a perpetuarem sua agricultura, através da manutenção da vida rural familiar.

O caráter multifuncional das unidades agrícolas familiares faz referência ao conjunto dos produtos e serviços propiciados pela atividade agrícola em benefício da economia e da sociedade como um todo (CAZELLA⁹, FRANCO ALVES¹⁰). A visão que se tinha do setor era de simples produtora de alimentos, recentemente, abriga além da produção de gêneros, outros benefícios para a sociedade como a preservação do meio-ambiente, a manutenção do patrimônio cultural do campo, a geração de empregos e a melhoria da distribuição demográfica evitando aglomerados urbanos que geram pobreza.

A problemática da ruralidade, em novos termos, implica na compreensão das mudanças e das novas “funções” que a agricultura, em especial a familiar – entendido como forma de uso dos recursos naturais e como forma de ocupação de um determinado território - pode contribuir para a sociedade. Dentro desse enfoque, as atividades agrícolas, *stricto sensu* passam a ser articuladas a outros temas e preocupações, tais como a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos, a proteção do meio ambiente, a valorização dos diferentes tipos de territórios e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer.

8- Rural – no Brasil é definido simplesmente por aquilo que não é urbano (o que está fora do perímetro urbano).

9 – Professor Adjunto do Centro de Ciências Agrárias da universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), Coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território.

10 – Professor da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e Mestre em Agroecossistemas (CCA/UFSC).

A esse conjunto de ações se convencionou chamar de multifuncionalidade da agricultura (Cazella e Roux, 1999). Neste sentido, o reconhecimento das multifunções da agricultura pode se constituir em um importante mecanismo e elemento estratégicos de vitalização rural e para o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, tendo por base a agricultura familiar (Cazella e Mattei, 2003).

Dessa forma a multifuncionalidade agrícola representa um trunfo nas mãos dos agricultores empobrecidos, a ser incorporado pelas políticas públicas segundo as especificidades de cada região.

O conceito de multifuncionalidade pode ser muito útil para compreender melhor a evolução da agricultura familiar numa tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e os agricultores que neles vivem e trabalham, estabelecem suas estratégias familiares e desempenham outras “funções” e procura romper com o enfoque setorial da agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e privados, ampliando o campo de suas funções sociais, englobando um conjunto de diversos elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais presentes no mundo rural.

De acordo com Maluf (2003), o tema merece uma atenção especial, porque possibilita que se reatualize a importância dos espaços rurais e da agricultura de forma especial a familiar, na dinâmica do desenvolvimento rural-territorial, oferecendo “as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores”.

A agricultura familiar exerce múltiplas funções estratégicas para a sociedade e por isso deve ser reconhecida e traduzida em políticas públicas adequadas. O conceito de multifuncionalidade, nesta abordagem, é útil para o fortalecimento deste ator social, a agricultura familiar. (SOARES).¹¹

11 ADRIANO CAMPOLINA SOARES – Agrônomo, coordenador de campanhas da Action Aid Brasil (Proposta n.º 87 Dezembro/Fevereiro de 2000/20001).

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL E AS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

O desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu através de ciclos. O primeiro ciclo foi o do açúcar, passando pela mineração e chegando no café, passando também pela pecuária, borracha e outros itens relevantes na economia brasileira. Durante a expansão cafeeira, as ações governamentais foram direcionadas especificamente para este setor. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1988, p. 252): “Na verdade, a economia brasileira era o café, e todas as políticas do Estado brasileiro giravam em torno da política de valorização do café: compra de excedentes, financiamentos externos, impostos sobre exportações, etc.”

O rompimento com o modelo primário-exportador ocorreu com a crise de 1929 devido à economia brasileira se encontrar bastante fragilizada devido às políticas de proteção à cafeicultura, que levou a uma grande queda na receita das exportações.

Com a queda da capacidade de exportar, o governo teve que adotar medidas para defender o mercado interno, o que favoreceu a industrialização.

Este novo período se estendeu até a década de 1960, conhecido como “industrialização substitutiva de importações”. Dividida em duas fases, a primeira, de 1930 até o final dos anos 1940, transição para uma economia urbana e industrial. A segunda fase, a partir de meados da década de 1950, com aceleração do desenvolvimento industrial e uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial. (FÜRSTENAU, 1987). Esse período foi marcado pela chamada ‘modernização conservadora’ da agropecuária, cuja principal característica era a exclusão do pequeno agricultor.

A década de 1970 é caracterizada pela abundância de crédito subsidiado. Esta política permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora (SILVA, 1988). Nesse período, a produção de alimentos – feijão,

mandioca, batata e arroz – sofreu deterioração em relação aos enormes progressos da produção de soja, trigo e laranja, estes últimos produtos de exportação.

A política agrícola, representada pela política de crédito rural, era bastante seletiva, concentrando os produtores e privilegiados as culturas de exportação.

A concentração do crédito rural nos grandes produtores, desta década, estava ligada tanto à concentração da propriedade como ao crescimento das lavouras extensivas de produtos de exportação. Na década de 70 o êxodo rural também foi marcante, devido à aceleração da modernização conservadora.

Registra-se que o êxodo rural continua intenso na década de 1980, porém menos intenso que na década anterior, em função da redução do ritmo de modernização da agropecuária brasileira e também pelo “esvaziamento dos campos”, ocorrido na década anterior (G. da SILVA, 1995).

O crédito foi desigualmente distribuído em favor das culturas de exportação e concentrou-se nas mãos de uma minoria de produtores. Essa concentração do crédito teve implicações negativas na distribuição da renda no campo (REZENDE, 1993). Nas décadas de 1970 e 1980, a política agrícola, através da política de crédito rural, foi ao encontro da produção para a exportação, relegando a agricultura familiar de subsistência. A consequência principal foi à exclusão de grande número de agricultores com elevado êxodo rural, como comentado acima.

O descaso com a produção doméstica fez com que os pequenos produtores abandonassem o campo em direção às cidades em busca de novas alternativas, ocorrendo o agravamento da exclusão social e econômica.

Como a agropecuária não possibilitava uma renda que permitisse a reprodução social dos agricultores, as únicas alternativas viáveis eram migrar para os centros urbanos ou complementares a renda fora da propriedade. A busca de uma remuneração complementar fez com que surgissem e crescessem no meio rural as atividades não agrícolas, fenômeno denominado por agricultura em tempo parcial e/ou pluriativa.

Aos poucos o espaço rural deixou de ser somente um espaço exclusivamente agrícola e passou-se a considerar a importância das atividades não agrícolas que ali podem ser desenvolvidas.

No Brasil o espaço rural era visto como fonte de problemas e fragilizado pelo isolamento e pela precariedade estrutural e social, em oposição à cidade, depositária do poder público e dos serviços e equipamentos. Atualmente, este mesmo espaço está sendo percebido como portador de soluções mediante a crise do modelo de sociedade (WANDERLEY, 1999).

Além de o rural ser reivindicado como um espaço passível de apropriação, em muitos lugares também passa a ser encarado como uma forma de vida ou um modelo alternativo de sociedade (evocando, por vezes, uma noção particular de “desenvolvimento”), inspirador de um projeto coletivo que acredita, deste modo, poder reagir ou enfrentar os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo (GIULIANI, 1990).

Nesta perspectiva, estudos rompem com o reducionismo de concepções e idéias de que o espaço rural se resume a conjuntos de atividades ligadas, de um modo ou de outro, à agricultura e à pecuária. Debates recentes entre alguns autores, tais como: SILVA (1997), KAGEYAMA (1998), WANDERLEY (1997) E SCHNEIDER (1999B), constataam a emergência das atividades não-agrícolas, estimulando reflexões sobre as características de um “novo rural”.

Pesquisadores de diversas entidades científicas, que compõem o grupo de pesquisa denominado 'Projeto Urbano', colocam que as atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural. Destacaram que nas últimas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda. Estas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações. Entre estas várias atividades, o turismo rural destaca-se como atividade indutora do crescimento

de ocupações não agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Segundo VEIGA (2003) o espaço rural está longe de se resumir a elementos físicos, como as paisagens, sítios arqueológicos, ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários. Estes recursos sociais e culturais seriam, assim, passíveis de incorporação em práticas de turismo rural.

Ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças e transformações na redefinição do que seja o rural, tem se falado num processo de revitalizações dos espaços rurais, que de acordo com FERREIRA (2002), este fenômeno passou a ser tratado pelas ciências sociais também como “novas ruralidades, renascimento rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores sociais e rurais, espaços rurais como território do futuro”. O espaço rural tem sido associado à diversidade e variação econômica de uma determinada região, à inserção de atividades não agrícolas, pela valorização dos seus atributos e potencialidades locais referentes ao seu entorno físico e sócio-cultural e a vinculação de sua população ao manejo dos recursos naturais, favorecendo e conformando dinâmicas territoriais específicas (ABRAMOVAY, 1999).

Nas últimas décadas a atividade não agrícola tem contribuído para manutenção do emprego e da ocupação no espaço rural. O que se percebe desta verificação é a possibilidade de que em determinadas regiões à agricultura deixe de ser a única possibilidade de ocupação e emprego, pois as atividades não agrícolas passam a oferecer novas alternativas aos indivíduos que habitam no espaço rural.

É importante afirmar que isto não significa que a agricultura deixará de ser importante, ao contrário, isso pode estar indicando uma nova divisão espacial do trabalho.

Nos anos 1990 esse fenômeno ganhou importância no meio acadêmico do Brasil. Segundo SCHNEIDER (1999), a tendência é que aumente cada vez mais o número de propriedades rurais com algum membro

da família empregado em atividade não tipicamente agrícola ou dedicando uma parte do tempo a atividades não agrícolas, como o turismo, o artesanato, a prestação de serviços.

Como as atividades agrícolas, principalmente as de cultivo extensivo, são sazonais, membros das famílias passam o tempo integral ou parcialmente liberado para exercer atividades fora da propriedade. Neste sentido, é importante considerar a pluriatividade para viabilizar as pequenas unidades produtivas e manter a população no campo (CARNEIRO, 1997). É fundamental na elaboração das diretrizes de políticas públicas que se pense no rural não como agrícola, mas com uma porcentagem significativa de famílias não agrícolas e pluriativas (CAMPANHOLA & g. da SILVA, 2000).

2.1 - O ESPAÇO RURAL E O TURISMO

Conforme exposto acima, nas duas últimas décadas o meio rural brasileiro tem passado por grandes transformações, deixando de ser exclusivamente agrícola para incorporar outras atividades. Nesta perspectiva os programas de planejamento voltados aos espaços rurais deveriam contemplar esta diversidade. Embora a agricultura ainda seja o principal componente da cultura e das relações sociais na zona rural, outras atividades se apresentam como necessárias para se evitar a diminuição da população agrícola. GRAZIANO DA SILVA

Menéndez¹² cita três pontos focais do debate atual:

- a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo;**
- b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das “novas formas, mais especificamente, o capital financeiro”;**
- c) o significado do atual processo de “commodotization” é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.**

Logo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão e retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoas, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

O mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não matérias, ou seja, não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor

de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multifuncional do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Iniciativas individuais ou de pequenos grupos, como a criação de empresas, a diversificação das atividades das famílias, o lançamento de investimentos inovadores e outros, são a base da diversificação e diferenciação das atividades dos produtores e das fontes de rendimentos do território.

Atualmente, o turismo rural é considerado um setor importante no desenvolvimento econômico, social e na preservação do patrimônio cultural. Ele é tido como uma das alternativas para o aumento dos níveis de emprego e renda da população rural.

Alega-se que além de beneficiar os proprietários participantes também tem contribuído para uma melhor qualidade de vida de toda a comunidade através de infra-estrutura, serviços públicos que são trazidos pela implementação das atividades turísticas. Tais como a pavimentação das estradas de acesso, telefonia, construções, e a própria circulação dos visitantes levam algumas benesses para a comunidade.

A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais, como a FAO (1995), vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda as pessoas residentes no meio rural.

12 – MENÉNDEZ, Luiz Sanz (1985). Tendencias recientes en las zonas rurales: de la industrialización a los servicios□. Agricultura Y Sociedad, Madrid. n. 36-37 (jul./set).

Entende-se que a própria possibilidade de incorporar outras alternativas econômicas ao meio rural constitui-se numa forma de valorização do território, contribuindo para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Ou seja, possivelmente dando margem à criação de um ciclo virtuoso para essas regiões e sua população.

Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais se tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou por assim dizer novas funções e “novos” tipos de ocupações:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente as famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do eco-turismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretarias, digitadores, trabalhadores domésticos).

2.1.1 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local deve ser compreendido como processo de criação, de valorização e de retenção das riquezas de um território, progressivamente controlado pelo conjunto dos habitantes.

Segundo CAZELLA (2002^a), a construção do pensamento acerca do desenvolvimento local está associada a fenômenos socioeconômicos e políticos diversos. As abordagens de caráter mais econômico do desenvolvimento local interpretam a noção de território enquanto um elemento ativo de desenvolvimento.

É preciso remarcar que a concepção de território não representa uma unanimidade, em especial entre os especialistas e interessados pelas políticas de reorganização do território. Os estudos mais recentes recorrem à idéia que o território é algo provisório, inacabado e de difícil definição, que se encontra em constante mudança. As ações coletivas mercantis e não mercantis dos atores sociais lhe dão existência. Dessa forma, o território resulta de uma criação coletiva e institucional.

Hoje, muito se fala em globalização e em políticas neoliberais. A primeira levaria a uma homogeneização técnico-produtiva. Junto ao processo de globalização, existem também os processos de “fragmentação” e de valorização das características diferenciadoras.

É importante lembrar que, nas condições atuais, os programas de planejamento voltados aos espaços rurais incorporam discursos da época onde são resultado temas como a diversidade assim como certas noções atuais de desenvolvimento – que consideram “atrativos” econômicos, sociais, geopolíticos, culturais, ambientais, de participação e de convívio – coloca a solidariedade como um elemento central para os processos de desenvolvimento local.

O problema hoje é que a crise da agricultura (queda de preços e rentabilidade), em algumas regiões, leva à diminuição da população agrícola. E o “sucesso” em outras, que buscam o aumento da competitividade pela

utilização de máquinas e insumos externos, representa, da mesma forma, uma diminuição da população agrícola.

Nesse cenário de crise, os discursos que trazem outros olhares sobre o rural, enquanto fonte de oportunidade de luta contra a exclusão social, de criação de ocupações geradoras de renda e de atividades favoráveis para um desenvolvimento local sustentável e solidário, ganha força.

O que se busca, hoje, através de vários programas e projetos, é um espaço rural vivo, dinâmico, que dê perspectivas para os jovens.

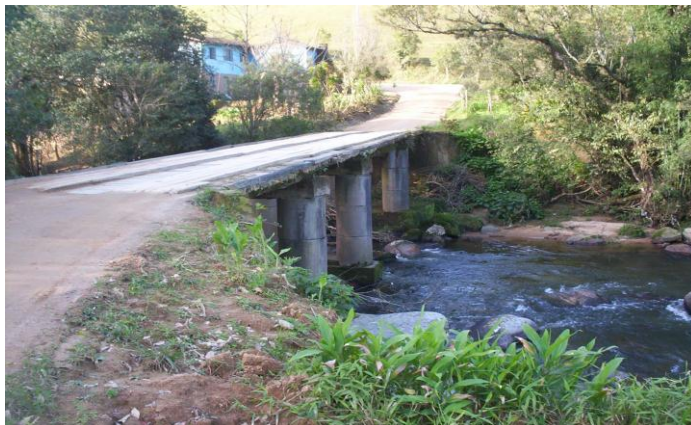
A exemplo de disto em Santa Rosa de Lima há o curso de formação e capacitação para jovens do território das Encostas da Serra Geral no qual capacita os mesmos para atuarem nas áreas da agroecologia, preservação de recursos naturais e agroturismo.

Postula-se que é possível aumentar a atratividade da vida rural a um custo inferior àquele da expansão contínua das cidades. Isso passa, é claro, pelo crescimento da produção agrícola. Mas passa também e necessariamente pela difusão da pequena indústria e dos serviços no meio rural e pela distribuição mais equitativa da renda nele gerada.

Em Santa Catarina, a existência de um tecido capilarizado de pequenas e médias cidades é um trunfo para esta perspectiva que prescreve a descoberta de novas oportunidades de desenvolvimento e para formação de uma dinâmica construtiva nas relações cidade-campo em escala local e microrregional.

A região ou o “local” alvo de nosso estudo é composto pelos pequenos municípios localizados nas Encostas da Serra Geral, na região próxima a Florianópolis, em Santa Catarina. Uma característica importante desse espaço é o seu isolamento relativo. A região está fora de qualquer eixo viário importante, além de contar com estradas precárias e com uma deficitária estrutura de comunicação, incluindo a telefonia.

As fotos abaixo mostram o estado precário das estradas de acesso as pousadas.



Essa região foi colonizada no final do século XIX e início do século XX. Os primeiros imigrantes, de origem alemã, alcançaram as cabeceiras do Rio Braço do Norte, afluente do Rio Tubarão, onde hoje se situam os municípios de Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima.



Os municípios são considerados “ eminentemente rurais”. Pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), mais de 73% da população está domiciliada em zona rural. Ainda de acordo com dados do IBGE, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários dos quatro municípios mencionados possuem menos de cinquenta hectares, ocupando 45% da área total.

A economia dos municípios se concentra no setor primário, no qual predomina a atividade agrícola.

Em 1991, no município de Santa Rosa de Lima, um caminho de aproximação entre os que foram para a “cidade” (outros centros urbanos) e os que ficaram no “campo” (o próprio município como um todo) foi-se desenhando pelo conagraçamento, através da realização de uma festa, a “Gemüse Fest”. De origem germânica, o Gemüse é um prato tradicional na gastronomia do Território das Encostas da Serra Geral. Feito a base de batatas, couve e defumados de porco, esta comida dá o nome a festa que acontece a cada dois anos no mês de maio. É um encontro muito esperado pelos descendentes dos primeiros colonizadores alemães e amigos que viveram

e vivem na região. A partir desta festa e de reuniões que a seguiram, parcerias foram nascendo e se fortalecendo.

Em setembro de 1996, a primeira proposta foi desenvolver um trabalho de produção de alimentos orgânicos apresentado por um supermercadista de Florianópolis, natural do lugar, que viajou para a Europa e Estados Unidos, e percebeu na produção ecológica uma nova oportunidade de mercado. Se comprometendo a disponibilizar um espaço físico diferenciado no interior de suas lojas e de adquirir toda a produção dos agricultores, inclusive de comercializar com outros mercados o excedente da produção.

A princípio doze famílias se mobilizaram, priorizando o cultivo orgânico de hortaliças. Os esforços foram centrados na produção de verduras sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, e a adesão de outros agricultores foi acontecendo, possibilitando o desenvolvimento da região.

Um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO), da igreja e do poder público local apoiaram esta ação tornando-a possível.

Em dezembro de 1996, o grupo de agricultores formalizou-se, criando a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). Naquela oportunidade, 12 famílias de agricultores, das localidades de Rio do Meio e de Santa Bárbara, reuniram-se em assembléia geral para discutir a aprovar proposta de estatuto e para constituir a primeira diretoria de associação.

Em 1997 foram realizados seminários de planejamento estratégico participativo. A partir deles, foram definidos os rumos e os programas da associação, mais tarde consolidados em um plano de ação que foi aprovado em assembléia geral.

Na construção de um território, são fundamentais as existências ou as gerações de confiança, de normas e de sistemas que facilitem as ações coordenadas e contribuam para aumentar a eficiência da sociedade. Nas Encostas da Serra Geral, a AGRECO tem

representado um catalisador fundamental nessa direção. A existência de uma sociedade civil, com alta capacidade de articulação e de mediação, tem permitido ao processo uma dinâmica mais ágil e consistente.

Quanto ao agroturismo, modalidade de turismo no espaço rural, surge como uma alternativa de renda para o pequeno agricultor. No Brasil, mais especificamente no estado de Santa Catarina, esta atividade é extremamente recente, tendo tido seu início em torno de 1997. Foi resultado, em muitos casos, de um outro programa de políticas públicas havido em 1980, quando, devido a uma grande seca no Estado, o governo da época mandou construir açudes nas pequenas propriedades para reservas de água; os mesmos foram usados para bebedouro dos animais.

Posteriormente começou a se pensar em utilizar os açudes como uma alternativa de renda para o pequeno produtor rural, segundo o relatório do Instituto CEPA (2002), quando se implantou nas pequenas propriedades o chamado “pesque-pague”¹³, Esta foi a primeira atividade desenvolvida e classificada na categoria do agroturismo. Com o tempo, o turismo se expandiu para oferta de outros serviços prestados na propriedade do pequeno produtor rural, entre eles temos: as pousadas rurais, as caminhadas ecológicas, venda de produtos artesanais, venda de produtos coloniais, serviço de restaurante etc. O sucesso desta ação se deve a resistência dos agricultores familiares em permanecer em suas propriedades.

Enfim, um dos pontos a considerar na perspectiva do desenvolvimento local refere-se ao aproveitamento das especificidades de cada localidade ou território e ao pleno aproveitamento de suas potencialidades e oportunidades. No turismo rural as atividades estão diretamente relacionadas com aspectos ambientais e com especificidades inerentes a cada local.

13- pesque-pague - nas propriedades rurais e em algumas cidades o dono faz um açude na propriedade com criação de peixes vendendo diretamente ao consumidor. Assim sendo, o consumidor é quem captura o peixe que comprará.

As diversidades das situações agrárias e do meio físico associam o turismo rural, em toda a sua essência, a princípios de desenvolvimento local auferindo alternativas de complemento de renda e emprego para a população rural, associando-se a uma forma sustentável de desenvolvimento.

2.2 - TURISMO RURAL

Turismo é reconhecido como um fenômeno social no qual indivíduos ou grupos de pessoas são envolvidas por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, que saem do seu local de residência habitual gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural para o destino.

Conforme o Ministério do Turismo, entende-se que o turismo se constitui em um importante setor para alavancar o crescimento econômico, essa atividade vem crescentemente sendo considerada pela sociedade brasileira capaz de traduzir nossa imensa riqueza natural, étnica e cultural, bem, como nossa capacidade empreendedora em efetivo instrumento de geração de emprego e renda, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e inclusão social. (Embratur)

Oxinalde (1994) alerta que o primeiro problema que se encontra ao estudar e descrever o turismo rural é o das definições. O termo turismo rural é bastante ambíguo. Segundo o autor, o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam de forma tal, que o turismo no meio rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo. Na mesma concepção o trabalho de Cals; Capella; Vequé (1995), citados por Graziano da Silva et al. (1998), considera mais adequado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expansão do turismo rural ou em áreas rurais.

Estes autores apontam a literatura que aborda os problemas de definição de turismo rural converge para duas tendências. Na primeira, o critério diferenciador se baseia nos elementos que compõem a oferta, falando-se de turismo rural, quando a cultura é um elemento englobando: agroturismo, turismo verde, equestre, caça, etc., para indicar o caráter prioritário do componente ofertado. Na segunda, o critério diferenciador está na distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turísticas, recebidas

pela comunidade rural ou pelos agricultores. Pode-se discriminar assim três categorias: agroturismo, turismo rural e turismo na área rural que agem como círculos concêntricos.

Turismo rural é uma das inúmeras denominações utilizadas na literatura para designar o conjunto de atividades turísticas em áreas não-urbanas. Sendo denominado, também, de agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre agroecoturismo. Estes termos exigem uma explicação terminológica, uma vez que abrangem realidades, que dão lugar a diferentes conceitos, sobre os quais existem várias divergências entre os pesquisadores.

A consolidação e universalização desses conceitos e diferenciações são fundamentais para estabelecer as políticas públicas de incentivo ao setor, para planejar a estratégia local e regional, para definir cenários para a aplicação de recursos públicos e privados, para a abertura de linhas de financiamento e até confecção de guias e catálogos de turismo rural.

O EMBRATUR¹⁴, em 1994, ao elaborar o manual operacional do turismo rural, registrou:

“Adotar um conceito múltiplo, um turismo diferente, turismo endógeno, alternativo, agroturismo, turismo verde. O turismo rural inclui todas essas variedades. É o turismo do país, um turismo concebido por e com os habitantes desse país, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo de zona rural em todas as suas formas”. (EMBRATUR, 1994, p.11).

14- A Embratur é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o ‘Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil’ como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. www.embratur.gov.br

Segundo o documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural – Brasil” lançado pelo Ministério do Turismo (2004), o turismo rural é o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuárias, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Conforme SILVA, VILARINO e DALE (1998), o agroturismo é uma categoria de turismo no meio rural, desenvolvido no interior das propriedades rurais, o que se tem denominado tradicionalmente de turismo rural, bem como outras atividades de lazer, realizadas no meio rural.

“Em razão do caráter dinâmico da atividade turística, somando à necessidade de promoção do desenvolvimento, surgem novos segmentos turísticos, dentre os quais vem despontando, de forma promissora e com incontestável potencial em nosso país, o Turismo rural. É relevante o número de propriedades rurais que estão incorporando atividades turísticas em suas rotinas. Percebe-se que se fazem necessárias a estruturação e a caracterização do turismo desenvolvido nessas propriedades para que essa tendência não ocorra desordenadamente. Só assim o Turismo Rural poderá consolidar-se como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural.” (WALFRIDO¹⁵)

O Turismo Rural, segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de re-encontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Dessa forma, o Turismo Rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, produtos in natura (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos,

artesanato). Assim obtém-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista e maior renda para o produtor.

2.3 - AS ATIVIDADES TURISTICAS NO ESPAÇO RURAL

A dificuldade de reconhecer as atividades turísticas no espaço rural tem origem na própria dificuldade de interpretar o turismo e o espaço rural e na identificação das diversas formas de como se apresentam.

O turismo rural é conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística, surge como alternativa para proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada à falta de incentivos ao homem do campo.

Segundo CAMPANHOLA (1992) & GRAZIANO DA SILVA (1999), entre as modalidades de turismo rural mais salientes no meio rural brasileiro pode-se mencionar:

AGROTURISMO: atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidades. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não materiais existentes as propriedades rurais, (paisagens, ar puro, etc). a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. (GRAZIANO DA SILVA et al., 1997:14). Tais como a fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo.

Conforme CAMPANHOLA e SILVA (2000) o agroturismo conta com um conceito próprio, se refere as atividades turísticas que ocorrem nas propriedades rurais com atividades produtivas, cuja prática é um dos atrativos principais. TORESE e colaboradores (2002) colocam que estas atividades autênticas são o diferencial se distinguindo das demais por contar com atividades complementares às das propriedades agrícolas, não abandonando suas funções primárias, mas utilizando-as como atrativo para o turista.

O agroturismo é visto por muitos estudiosos como uma atividade turística, alternativa concreta, capaz de complementar a renda de pequenos proprietários rurais, auxiliando-os a enfrentarem as dificuldades financeiras. Para OLIVEIRA (2005) isto é possível devido ao caráter variado das atividades desenvolvidas nestes locais.

CAMPANHOLA e SILVA (1999) afirmam que o agroturismo deve ser entendido como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais, como as paisagens, o ar puro, etc. Segundo os mesmos autores, o agroturismo emerge como a modalidade de turismo em espaço rural que mais facilmente pode representar complemento de renda aos núcleos familiares agrícolas, baseando-se, assim, nas seguintes atividades como possibilidades: processamento caseiro de alimentos, gastronomia típica, venda direta ao consumidor, pousadas, colheita no pomar, visitas às atividades de produção agropecuária e agroindústrias, pesca, trilhas, contemplação de paisagem, observação de flora e fauna, banhos, camping rural, atividades pedagógicas, artesanato, festas populares e religiosas e feiras agropecuárias, etc.

Conforme CALATRAVA E RUIZ (1994), o agroturismo se estabelece na agricultura e caracteriza-se por integrar a produção primária em um circuito turístico mediante a gestão integral do território em que se desenvolve. A atividade turística agrega valor aos rendimentos tradicionais oriundos da produção primária por meio da venda direta de produtos ao visitante consumidor e da valorização do patrimônio edificado não utilizado pela empresa rural.

Segundo estes autores, é preciso entender que a concepção do agroturismo não deve ser limitada, pois, o acolhimento nas propriedades ultrapassa o quadro de turismo e atividades de lazer. Cada processo de acolhimento no agroturismo não é considerado apenas por um eventual desejo individual do visitante, mas principalmente por considerar este visitante um ator da vida local e beneficiário do desenvolvimento coletivo.

Sendo assim, esta prática se constitui num fator de desenvolvimento local, que tem contribuído para

manter o meio rural vivo, servindo também de perspectivas de futuro para a camada mais jovem.

O agroturismo é uma modalidade de turismo rural definida como um conjunto de atividades desenvolvidas por agricultores familiares, relacionadas à permanência de pessoas em suas propriedades e orientadas pelos seguintes princípios:

- É desenvolvido em propriedade de agricultura familiar, onde a hospedagem deve se dar em habitações já existentes na propriedade e adaptadas para receber o turista;
- constitui-se num instrumento de desenvolvimento local;
- a principal atividade econômica da propriedade é a agricultura, a pecuária, etc, o agroturismo deve complementar e não substituir a atividade primária;
- valoriza as atividades agropecuárias;
- proporciona convivência do visitante com a família agropecuária e vice-versa, numa troca de experiências;
- utiliza produtos locais (da agricultura familiar) busca a produção alternativa de alimentos (agroecologia);
- é desenvolvido de forma associativa – trabalha de forma complementar integrada (rotas e circuitos);
- há transparência dos valores cobrados – Os são preços acessíveis;
- manutenção da cultura local e do patrimônio natural;
- garantia da qualidade de produtos e serviços oferecidos;
- existência de um caderno de normas (regulamentação) para a atividade de agroturismo, respeitado e seguido pelos agricultores familiares;

- os serviços são planejados e executados pelos agricultores familiares. (Fonte¹⁶)

ECOTURISMO: atividade realizada em áreas naturais que se encontram preservadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a flora e a fauna, assim como qualquer manifestação cultural (passado ou presente) que ocorra nessas áreas (LASCURAIN apud CAMPANHOLA, 1999 & GRAZIANO DA SILVA, 1999).

No Brasil, a visitação a propriedades rurais é uma prática antiga e comum, mas, apenas há pouco mais de vinte anos passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como turismo rural. Estudiosos apontam para o enorme potencial do Brasil para o turismo rural, que conta com numerosos locais ricos em características naturais e culturais.

Há certo consenso na literatura de que o município de Lages/SC foi a primeira localidade a explorar o turismo rural no país, em meados da década de 1980, devido às dificuldades do setor agropecuário, quando resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas, ficando conhecida como a “Capital Nacional do Turismo Rural”.

Localizado no planalto catarinense, no município de Lages (1986), a fazenda Pedras Brancas, propôs acolher visitantes para passar “um dia no campo”. Oferecendo pernoite e participação nas lidas do campo. São consideradas pioneiras também a fazenda do Barreiro e a fazenda Boqueirão. As iniciativas multiplicaram-se rapidamente, diversos outros municípios do Brasil, vem desenvolvendo experiências em turismo no espaço rural, cada qual adaptado à realidade local.

O aspecto histórico de constituição e consolidação do turismo rural em Lages-SC é peculiar. Esse processo ocorreu a partir da união da iniciativa pública e da iniciativa privada, tendo como objetivo a alavancagem econômica do município, pois a década de 1980 foi marcada por uma crise na agropecuária do Planalto Serrano Catarinense. Nesse sentido, o turismo veio introduzir nesse espaço de trabalho e de encontro uma série de relações e descobertas novas como a valorização

do lugar, da cultura local e a agregação de valor ao que se produz.

Em Lages estas práticas começaram a ser comercializadas como “produtos” turísticos distintos, de forma organizada, com o respaldo de uma estratégia de divulgação e com um certo apoio do setor público local. Desde então, esse segmento vem crescendo no país. Hoje possui diversas fazendas que se dedicam a essa atividade.

2.4 - TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA COMPLEMENTAR DE RENDA

A incessante busca de modelos e estratégias que possam dar efetividade à idéia-força do desenvolvimento parece ser a tônica das sociedades ocidentais, pelo menos nos últimos 50 anos. No que tange ao chamado “desenvolvimento rural”, não faz muito tempo a abordagem e o jargão da “agricultura familiar” passou a figurar na agenda político-institucional e acadêmica brasileira, em geral polemizando-se ou discutindo-se sobre as propriedades positivas (ou não) de tal categoria representar condição necessária para a implementação desse processo (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; FAO-INCRA, 1994; 1996a; 1996b).

O rural passa a ser encarado como uma forma de vida ou um modelo alternativo de sociedade (evocando, por vezes, uma noção particular de “desenvolvimento”), inspirador de um projeto coletivo que acredita, deste modo, poder reagir ou enfrentar os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo (MORMONT, 1987; GIULIANI, 1990).

O processo de modernização e as pressões da global urbanização econômica, social e política, com sua revolução tecnológica, têm submetido o espaço (físico e social) rural, como nunca antes, a pressões intensas, provocando fortes transformações nas mais variadas dimensões sociais (FROEHLICH, 1997).

A representação urbana do espaço rural não só como um espaço de produção (de alimentos, de produtos primários), mas também como um espaço de biodiversidade, de lazer e serviços (turismo e espetáculos, por exemplo) tem acarretado em novas funções para este espaço (SILVA, 1997; SILVA et al, 1998).

Este novo olhar sobre o campo é oportuno se considerar que atividade agrícola tradicional não garante mais o indispensável a uma atividade econômica eficiente. Dificuldades como o esvaziamento populacional das zonas rurais, a pressão ambiental e a exigência de produtos certificados para garantir qualidade, tangenciam a elaboração de programas de desenvolvimento para zonas

rurais. A resposta para esse dilema pode estar em recursos endógenos ao lugar, ou seja, na utilização de recursos locais que implementem novas atividades econômicas competitivas. Uma das atividades que emerge do contexto endógeno é o turismo rural.

Segundo MACSHARRY (1992), o desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns.

A variedade de paisagens e patrimônios culturais propiciam às zonas rurais uma capacidade de criação de diferentes formas de atividades neste espaço. Já comentamos que o turismo rural vem sendo considerado um criador de renda e ocupações, um promotor de infra-estruturas e um meio de intercâmbio e trocas entre o rural e o urbano, mas é seu importante efeito multiplicador sobre os investimentos diretos que o privilegia como um instrumento de desenvolvimento. Seu papel é mais incisivo à medida que aumenta a necessidade de satisfazer uma demanda que é crescente... (CALATRAVA REQUENA, 1993; RUIZ ÁVILES, 1993). Estudos realizados na Noruega e na França revelam que os gastos em diárias são acompanhados por diferentes tipos de outros gastos essenciais para a manutenção e o desenvolvimento do comércio e do artesanato local, o que propicia melhores condições para o ingresso de renda nas empresas agrícolas e a geração de empregos (CALATRAVA REQUENA, 1993; RUIZ ÁVILES, 1993).

O grande entusiasmo que se encontra hoje em relação às questões relativas aos serviços e ao turismo no espaço rural deve-se, em boa medida, à expectativa de um projeto redentor para o desenvolvimento rural frente à crise já decana da agricultura, devido ao privilégio de outros setores econômicos nas estratégias de desenvolvimento adotadas.

O trabalho de Campanhola & Silva (1999), por exemplo, considera o turismo rural como alternativa para o aumento dos níveis de emprego e renda da população rural, e particularmente o agroturismo como alternativa viável para o aumento da renda dos nomeados como

“pequenos produtores”. Porém, parecem interpretar este processo por meio da célebre abordagem desenvolvimentista do “Trickle-Down”¹⁷, segundo o qual grandes estratégias e projetos de investimentos são eficazes para o desenvolvimento, pois sempre acabará “respingando” alguma benesse para as camadas mais pobres da população. Mas para além dos “respingamentos”, talvez uma das questões cruciais nesta reflexão seja perguntar se o processo de implementação do turismo em espaço rural tem condições, não só de gerar emprego e renda, como parece realmente ter, mas de distribuir renda e diminuir desigualdades socioeconômicas em um país que sabidamente ocupa uma das primeiras posições no ranking da desigualdade social.

As atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural, como concluíram os pesquisadores de diversas entidades científicas, que compõem o grupo de pesquisa denominado 'Projeto Rurbano'. Estes estudiosos destacaram que nas duas últimas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda. Essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações. Entre essas, pode-se destacar o turismo rural como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997; BALSADI, 1997; Del GROSSI, 1997).

17- Trickle-Down – essa expressão se refere a uma teoria neoliberal defendida e popularizada em grande parte por Ronald Reagan que, a despeito de ter falhado em todos os locais onde foi aplicado, inclusive nos EUA, voltou à moda com Bush Jr. Esta teoria sustenta que o crescimento da economia está intimamente ligado à riqueza dos mais ricos que, quanto mais possuem, mais investem, provocando redução de preços e maior consumo. Invoca a imagem da riqueza caindo dos mais ricos sobre os mais pobres. ([Http://blogdopierre.blogspot.com](http://blogdopierre.blogspot.com))

O turismo rural, conforme já destacaram Graziano da SILVA, VILARINHO e DALE (1998), constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais. Em uma conceituação mais ampla, pode-se afirmar que o turismo rural consiste de atividades de lazer realizadas nesse ambiente. Esse conceito genérico pode englobar modalidades como turismo ecológico, de aventura, cultural, de negócios, destinado para jovens, social, de saúde e turismo esportivo (CAMPANHOLA, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A imprensa tem se referido de forma positiva a inserção da atividade turística rural em praticamente todas as regiões do país. É fundamental, entretanto, entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia e os imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo, sobretudo em áreas que abrigam grupos e organizações sociais complexas e multidimensionais como o rural, minorando-se as margens de erro e os riscos que representam às populações.

A literatura consultada mostra que o empreendimento turístico rural deve se manter pequeno, sob o risco de se perder o caráter complementar da atividade turística. Lages percorreu um caminho contrário, fazendo com que algumas fazendas de turismo rurais se assemelhassem à hotelaria convencional, perdendo o caráter da pequena escala e da complementaridade das atividades. Podemos verificar que o crescimento econômico da atividade é positivo e ratifica a rentabilidade do turismo rural sobre as culturas tradicionais. A recepção turística vem crescendo nos últimos três anos, consagrando essas fazendas como centros de turismo rural de sucesso.

Estudos comprovam que a atividade do turismo rural tem feito com que muitos estabelecimentos, pouco a pouco, dêem mais atenção ao turístico em detrimento do agropecuário e da diversificação na produção rural, esquecendo que uma das características da atividade é possibilitar o incremento da economia familiar.

A relação turismo rural e desenvolvimento local pressupõem a plena utilização dos recursos endógenos à propriedade e à comunidade circunvizinha.

Esta relação se confirma quando as pousadas e fazendas de turismo rural produzem parte do que consomem e procura na comunidade o complemento do que precisam. Dificilmente serão auto-suficientes, sendo obrigados a procurar fora àqueles gêneros que lhes são impossíveis de produzir, criando uma relação de troca alimentando a circulação de bens e serviços, gerando renda, consumo e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida e trabalho de uma fatia importante da população local.

Turismo rural tem o potencial de fixar o homem no campo, animar a produção de bens agrícolas, beneficiando não apenas aqueles que estão diretamente relacionados com os turistas. De positivo para o desenvolvimento local, ele tende a transpor os limites da pousada, incentivando outros negócios paralelos.

O turismo rural foi uma ação positiva para a região do Planalto Serrano Catarinense, confirmando-se como uma atividade econômica viável para tirar aquela região da crise na agropecuária tradicional. A introdução dessa nova atividade já possibilita a valorização da produção primária original e dá estímulo ao fortalecimento de outras atividades econômicas no município de Lages, combate o êxodo rural, gera empregos e valoriza o trabalho do homem do campo, a terra e as produções econômicas, agregando valor à cultural e à identidade do homem rural.

Hoje o rural não pode mais ser definido como a negação do urbano. A própria introdução dos serviços turísticos no rural trouxe algumas mudanças no estilo de vida das pessoas relacionadas com as fazendas de turismo rural. Isso não somente gerou empregos, mas criou fluxos de informação e trocas muito mais íntimas entre essas duas realidades sociais.

A exemplo disto, na comunidade em estudo a interação social entre as pessoas nativas e os de fora se ampliou, é neste momento que acontecem as maiores trocas culturais. Um casal de Brasília, a cinco anos retornam para

visitá-los, trazendo fotos e presentes. Na parede da pousada repousam fotos de pessoas que ali estiveram de diferentes nacionalidades.

Além disso, o turismo rural introduz serviços no espaço rural gerando mobilidade social sazonal e permanente, estimulando as trocas de bens e mercadorias. Visando analisar até que ponto esta atitude pode ficar restrita a um grupo de privilegiados economicamente, É necessário verificar aspectos correlatos à questão como educação, saúde e salário digno.

Uma das características fortes do turismo rural é a exigência de ser uma atividade econômica complementar a uma outra principal primária. Embora a atividade turística seja mais rentável e possibilitar um capital de giro mais rápido, as atividades agropecuárias ainda são a principal atividade.

Comenta-se na literatura que o turismo rural vai atingir os objetivos do desenvolvimento local, quando se incluir nele as mudanças sociais estruturais, a redistribuição equilibrada da riqueza e a melhoria das condições de vida dos grupos sociais menos favorecidos.

CAPÍTULO 3

SANTA ROSA DE LIMA EM UMA ANÁLISE



3.1 – HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC

Fundado em 10 de maio de 1962, o município de Santa Rosa de Lima, é um pequeno município rural brasileiro localizado no território das Encostas da Serra Geral, principal corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, situado nas encostas da Serra do Corvo Branco e às margens do rio Braço do Norte. Localiza-se ao sul do Estado de Santa Catarina a 120km de Florianópolis. Próximo das cidades de Rio Fortuna, Anitápolis, Grão-Pará, São Martinho e Braço do Norte.





Fonte: ENGEFOTO¹⁸

Sua população estimada em 2009 era de 2.103 habitantes, tem uma das mais baixas densidades demográficas do Estado de Santa Catarina: 10,3hab/km² (IBGE/2009). Do ponto de vista espacial, o município conta com uma superfície de 202,977 km², com um clima subtropical e uma temperatura média de 18° C. A principal economia de Santa Rosa de Lima é a agricultura e a pecuária de leite com destaque para a agroecologia devido o número de agricultores engajados que cultivam produtos sem agrotóxicos e o agroturismo.

18 - Mapa – Engefoto – base cartográfica elaborada a partir das cartas escala I; 250.000 – Projeto RADAMBRASIL – Situação Física da Rede Rodoviária atualizada pelo DER/SC em dezembro de 2000.

Parte de sua história se deve aos colonizadores alemães e imigrantes italianos que, no início do século, foram trazidos a Santa Catarina para proteger os carregamentos de “charque”¹⁹ (carne de sol) vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo. Ameaçados pela presença de índios das tribos Botocatus e Aweikomas na chamada “rota do charque” que dificultava o avanço das caravanas e impedia que a carne de sol, trazida do extremo sul do Brasil no lombo de mulas, chegasse ao seu destino.

Para solucionar o problema, os governos da época decidiram doar terras aos imigrantes. À medida que a ocupação das terras se estendia, apesar de sua resistência, os índios iam ficando acuados entre as armas dos serranos e dos colonos, que os exterminaram através de expedições punitivas ou por bugreiros²⁰ contratados, gerando desta forma sérios conflitos entre índios e colonos, que acabaram por dizimar todos os índios da região.

A colonização de Santa Rosa de Lima teve seu início na passagem do Século XIX para o Século XX. Os primeiros moradores foram os açorianos e alemães. A partir de 1920 os alemães predominaram. Cerca de 75% das famílias eram e ainda são dessa etnia. Trabalhavam na agricultura que era diversificada e 90% sustentável. O trabalho era coletivo tanto em casa quanto na roça.

O nome de Santa Rosa de Lima surge, a partir da doação da imagem de Santa Rosa pelas famílias que construíram a primeira capela, em 1919, sendo escolhida também, como padroeira da cidade. Por existir Santa Rosa no Rio Grande do Sul, acrescentou “de Lima”, cidade natal da Santa.

Com a criação do município de Rio Fortuna em 1958, algumas lideranças iniciaram mais fortemente a luta pela criação do distrito de Santa Rosa de Lima e, conseqüentemente, a emancipação política deste.

19- Charque – carne de sol – é uma carne salgada que no século XIX tornou-se o principal produto da economia do Rio Grande do Sul.

20- **Bugreiros** é o nome pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas brasileiros que eram contratados pelos colonos imigrantes e pelo governo provincial de Santa Catarina. O termo se origina da palavra bugre, como eram conhecidos

Os principais líderes da época, motivados pela idéia do então deputado de região de Braço do Norte, fizeram nascer o município de Santa Rosa de Lima, instituída pela lei de criação n.º 823, de 10 de maio de 1962.

No município de Santa Rosa de Lima há um predomínio da agricultura familiar, onde o plantio de fumo era a principal atividade agrícola. Porém, a região passava por dificuldades em tocar as propriedades agrícolas devido à área disponível para o cultivo ser reduzida e de topografia acidentada. Os agricultores mantinham uma rentabilidade mínima devido a produção rural viver refém das oscilações que o mercado sofria e carentes de uma infra-estrutura adequada para o cultivo e comercialização da produção.

Durante as crises cíclicas que se apresentavam neste setor, e o uso abusivo de agrotóxicos que debilitava a saúde da família obrigou muitos a abandonar o campo indo engrossar as estatísticas de marginalização nas periferias dos centros urbanos.

Com o individualismo e a corrida para o aumento da produtividade com o uso de insumos químicos na agricultura, o meio ambiente local mostrando esgotamento, gerando muitos problemas e pouca qualidade de vida, levou o município a reagir e dar um basta a esta situação. A sociedade civil e o poder público da região se mobilizaram buscando alternativas que remediassem toda a situação e os tirasse da crise por que vinham passando.

A população de Santa Rosa de Lima viu surgir em 1996 uma iniciativa inovadora que proporcionou um novo rumo na vida dos agricultores locais, e que depois se estenderia para os municípios vizinhos. À frente dessa iniciativa, a AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, uma organização que se assume como solidária e que se orienta pela preservação da vida e da natureza.

pejorativamente os indígenas da região.

A Agreco abrange os municípios situados às cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari e com sede no município de Santa Rosa de Lima.

Em setembro de 1996, um grupo de hortifrutigranjeiros de forma organizada e ecológica. Mobilizou inicialmente doze famílias, que passaram a priorizar o cultivo orgânico de hortaliças. A produção era integralmente comprada por um supermercado, natural do lugar.

Uma ação patrocinada pela iniciativa privada, com o auxílio do Governo do Estado e coordenada pelo SEBRAE\SC a partir de 2001, viabilizou o cultivo de produtos orgânicos, ecologicamente tratados, agregando valor aos produtos locais e atendendo às necessidades que o mercado buscava.

O SEBRAE\SC, ao se inserir no processo de organização dos agricultores com o seu negócio, através do projeto Vida Rural Sustentável, enfrenta a difícil tarefa de promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da agricultura familiar, realizando a aproximação do meio urbano ao rural. O objetivo era introduzir uma nova cultura nas comunidades rurais, e organizar alternativas de solução, contidas em um Programa de Formação e Assistência Técnica, contendo informações sobre agroecologia, turismo rural, meio ambiente, manejo ecológico do solo, controle de pragas e doenças, administração de propriedades ecológicas, agro industrialização, qualidade total rural entre outros.

O poder público, em suas esferas municipal, estadual e federal, foi escolhido para oferecer assistência técnica e prover a pesquisa em agroecologia, destinados a implantar uma nova ótica sobre a produção agrícola convencional.

Para conferir mais agilidade aos processos de produção, a AGRECO contou com o impulso inicial do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que subsidiou a ação para a realização de um ambicioso projeto de implantação de 53 pequenas agroindústrias. A formação de agroindústrias em rede foi o grande diferencial obtido pelos agricultores, para ganhar escala, diversidade de produtos ofertados e fortalecer a

comercialização. Assim, foram estabelecidas metas para a instalação de agroindústrias nos municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, Armazém, Grão Pará, São Martinho, Paulo Lopes, Rancho Queimado e Alfredo Wagner. Envolvendo 230 famílias e uma geração de 707 empregos diretos a ser implantado no meio rural, as agroindústrias visaram à produção e ao beneficiamento dos produtos agroecológicos, comercializados sob uma mesma marca.

Conforme os discursos apresentados pela Agreco, os alimentos orgânicos que levam esta marca, são o resultado de um sistema de produção que busca utilizar os recursos naturais de forma sustentável, garantindo um futuro mais saudável para as próximas gerações.

A diversidade de produtos oferecidos (queijos, carnes, ovos, mel, melado, açúcar, doces, conservas de legumes entre outros) garante o equilíbrio das propriedades rurais familiares, ao permitir que produção vegetal e criação animal sejam complementares.

A matéria-prima é cuidadosamente processada no local, pelos próprios agricultores familiares, em equipadas agroindústrias de pequeno porte, obtendo-se produtos com altíssimos níveis de higiene e segurança e que mantém o verdadeiro sabor do alimento colonial.

Todo o processo é inspecionado e certificado pela ECOCERT²¹ Brasil, organismo europeu reconhecido por governos, supermercadistas e consumidores em mais de 70 países. (Agreco)

Entre as 27 agroindústrias constituídas até o momento, destacam-se as de processamento de cana-de-açúcar, processamento e beneficiamento de hortaliças, beneficiamento de produtos apícolas, panificação, processamento de derivados lácteos, beneficiamento de ovos e de embutidos.

21- ECOCERT BRASIL—A sede oficial da ECOCERT BRASIL – certificação de produtos orgânicos, abriu suas instalações no município de Santa Rosa de Lima-SC. Nasceu dos movimentos da agricultura orgânica na França, em 1991 e em 2001 estendeu-se para o Brasil.

Em resposta ao que vinham fazendo, no ano de 2007 Santa Rosa de Lima através do Projeto de Lei de Origem Legislativa número 443/07 foi considerada a Capital Catarinense da Agroecologia, título concedido ao município devido o uso de técnicas alternativas de manejo sustentável do solo e dos tantos outros recursos naturais e a abstinência ao uso de adubos químicos ou qualquer outro produto tóxicos.

As atividades agroecológicas podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo. São baseadas na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

O intuito é promover valores éticos como integridade, honestidade, lealdade, imparcialidade e coerência entre palavra e ação, promover o respeito ao meio ambiente e, por fim, promover o respeito aos seres humanos nas diferenças físicas, de comportamento, de idéias, origens, direitos fundamentais, na solidariedade, na responsabilização e na confiança no outro.

Os produtores certificados pela ECOCERT BRASIL têm sua tarefa facilitada pelo fato de trabalhar em rede com outras sociedades ECOCERT em muitos países como França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Romênia, Japão, China, Índia, Canadá, África do Sul, Colômbia, Equador, Paraguai.

Disse o senhor João Augusto de Oliveira, diretor da ECOCERT BRASIL, Santa rosa de lima fora escolhida para sediar o escritório brasileiro, por que: “De cada cinco agricultores, um é produtor orgânico, uma média muito alta. Outro fator é a preocupação com a preservação dos recursos naturais, onde estive, nas rodas de conversa o assunto é um só: respeito ao meio ambiente. O povo acolhedor de Santa Rosa de Lima também faz a diferença”.

3.2 – SANTA ROSA DE LIMA PARTINDO PARA NOVOS RUMOS.

O turismo em Santa Rosa de Lima aconteceu com a repercussão da experiência de produção orgânica e da comercialização. O processamento dos alimentos orgânicos era realizado em pequenas unidades de beneficiamento com técnicas inovadoras de comercialização feita a partir de municípios distantes dos grandes centros consumidores. Logo, técnicos, agricultores, consumidores e curiosos interessados em conhecer e analisar os seus princípios e funcionamento começaram a procurar a região e a buscar por estadias, porém não haviam hotéis ou pousadas, como não tinham onde dormir, hospedavam-se nas casas das famílias produtoras.

Alguns fatores atrapalhavam as práticas de produção orgânica, tais como os resultados dos esforços desenvolvidos na experiência que só apareciam a longo prazo, as dificuldades de sustentabilidade financeira causadas pelos preços baixos auferidos aos produtos agrícolas, as falhas no sistema econômico vigente através da concorrência desleal do modelo convencional, o esquema de atravessadores e falta de valor agregado aos produtos orgânicos in natura levou muitas famílias de agricultores a buscar alternativas para complementar as rendas oriundas da produção primária.

O fluxo de indivíduos interessados na produção orgânica buscando hospedagens indicou o potencial para atividades ligadas ao turismo. Desta forma, agricultores familiares ligados a AGRECO passaram a participar ativamente das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Apoio ao Agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural, proposto pelo CEPAGRO em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC).

Esse projeto conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e da associação francesa de agroturismo “Accueil Paysan” (atuante na França desde 1987) um movimento mundial no qual o Brasil no ano de 1998 foi o primeiro país da América

Latina a aderir. Seu significado, numa tradução literal é “acolhimento campesino”. Trata-se de uma iniciativa da região de Grenoble, no Sul da França, uma associação francesa de agroturismo.

No Brasil a experiência teve como base o território das “Encostas da Serra Geral”, localizado no Sudeste de Santa Catarina, quando, por sugestão da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), alguns agricultores trocaram o plantio de fumo pela produção de alimentos agroecológicos. A proposta é agrupar agricultores de todos os cantos do mundo e desta forma fortalecer a agricultura familiar valorizando o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico.

A prosperidade da ação enriquecida pela convivência com turistas oriundas do meio urbano propiciou o surgimento da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia-AAAC²².

Os objetivos da associação conforme o estatuto de agroturismo – Acolhida na Colônia (SRL - 1999) é:

- contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares associados;
- valorizando as atividades dos agricultores;
- organizar as atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural;
- fortalecer a prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia;
- resgatar a história e cultura do município;

22 -A associação foi criada no dia 18 de junho de 1999, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sediada em Santa Rosa de Lima-SC. Com abrangência dos municípios situados às cabeceiras dos rios Tubarão, Capivari, Tijucas, Cubatão, Itajaí do Sul e Canoas, tendo como fórum a Comarca de Braço do Norte.

A proposta da associação é valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo.

O programa desta associação é desenvolvido em pequenas propriedades dedicadas à agricultura orgânica de Santa Catarina, onde aproxima o turista urbano das coisas do campo. Os agricultores familiares acolhem o turista abrindo suas casas para o convívio do dia-a-dia oferecendo conforto, qualidade dos produtos, segurança e higiene, compartilhando

- proteger e recuperar o ambiente natural promovendo a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, possibilitados pelo convívio dos agricultores familiares com os visitantes urbanos;
- organizar, segundo os princípios do agroturismo, definidos no Estatuto, os agricultores familiares filiados, prestando-lhes assessoria técnica relacionada ao desenvolvimento de serviços agro turísticos em suas propriedades, atuando também como operadora de agroturismo;
- organizar, em parcerias, no âmbito da Associação, o desenvolvimento de produtos agroturisticos baseados em circuitos locais e regionais;
- resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania;
- possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação, formação e profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;
- articular canais de financiamento que venham beneficiar aos associados;
- prestar serviços aos associados e a terceiros, desde que não sejam comprometidos os objetivos da Associação;
- representar os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses de seus membros;
- incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e entidades nacionais e internacionais;
- aplicar devidamente as doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

O entendimento dos seus associados é que um único agricultor não tem condições de oferecer um produto

agro-turístico que atenda a toda a demanda, desta forma os pequenos agricultores se organizam por meio da associação ou cooperativas, ampliando a capacidade de oferta diversificando as possibilidades de lazer ao turista.

seus conhecimentos sobre o processo de transformação de uma semente em alimento e outras atividades desenvolvidas na propriedade. Assim, os agricultores implementaram uma nova forma de renda, oferecendo aos visitantes pousadas em suas casas, vendendo seus produtos orgânicos e artesanatos. Esta iniciativa além de ter valorizado a cultura do meio rural, seus costumes e acervos históricos, evitou o êxodo rural combatendo o crescente inchaço das áreas urbanas.

CAPÍTULO 4

O AGROTURISMO ATUANDO EM SANTA ROSA DE LIMA

O agroturismo se apresentou como uma modalidade do turismo que mais pode complementar a renda do pequeno agricultor. Isto ocorreu devido ao poder de agregar, nas propriedades agropecuárias, diversas atividades como: processamento de alimentos orgânicos, restaurantes de comidas típicas, café coloniais, pousadas familiares, venda direta ao consumidor, visitas as atividades de produção agropecuária, atividades de lazer e aventura, trekking, raftin em corredeiras do Rio Braço do Norte, passeios a cavalo, trilhas ecológicas, banhos de cachoeira, banhos em águas termominerais, além de ter toda uma paisagem se descortinando para o visitante, com sua fauna e flora para serem observadas. Festas populares e religiosas, e feiras agropecuárias também são opções que atraem os turistas para SRL.

O agroturismo exige profissionalismo e capacitação dos envolvidos. Por se tratar de serviços, o turismo no meio rural exige, qualidade segurança, higiene e conforto dos visitantes. Desta forma os participantes do agroturismo se prepararam e convidam para conhecer o campo, onde os turistas são recepcionados pelos agricultores familiares que desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem. O convívio da família agricultora com o turista ocorre num clima de troca de experiências e de respeito mútuo, onde o visitante tem contato com os animais e conhecimento sobre plantas e o ritmo da estação.

Podem ser associados todos os agricultores familiares que assumirem a filosofia, os princípios técnicos, pratica do agroturismo. Outros atores que também podem ser associados são os filhos de agricultor residentes em centros urbanos, bem como outros atores locais como sócios convidados, desde que assumam os princípios da Associação.

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do CCA – Centro de Ciências Agrárias e da

Faculdade de Ciências Econômicas participa deste projeto desde suas fases iniciais até a atualidade, sendo um participante muito importante para o projeto. Além do apoio no planejamento e acompanhamento das atividades, a UFSC oferece estágios na Acolhida buscando desta forma disseminar este conhecimento e aproximar a prática do campo das salas de aula universitárias.

Muitos estudos de mestrados e pós-graduação já passaram pela Acolhida trazendo reflexões e avaliação do desenvolvimento do projeto.

Foi implantado um circuito agro turístico com duas entradas: uma pela BR 101, via Gravatal, e outra pela BR 282, via Rancho Queimado. Esse circuito envolve cerca de trinta famílias, todas elas com produção agrícola do tipo agroecológica, ou, pelo menos, já em processo de reconversão. Além de iniciativas nos municípios de entrada (Gravatal e Rancho Queimado), há “pousadas”, também, em Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

As especificidades de cada território determinam as características que cada trabalho de animação e mobilização pode tomar. Santa Rosa de Lima é um município considerado bastante atrativo e indicado ao turismo devido a sua arquitetura tipicamente alemã das casas e construções compondo o ambiente das pousadas e belas paisagens. Apresenta traços marcantes das danças, costumes e comidas típicas herdadas dos primeiros colonizadores, com destaque para a famosa festa do "Gemüse", nome de um prato típico alemão feito à base de batata, couve e carne de porco, que é realizada em Santa Rosa de Lima no mês de Maio, de dois em dois anos. Outros destaques são as diversas histórias da época da colonização contadas pelos antigos moradores aos visitantes.

Esta alternativa de turismo vem socorrer algumas dificuldades e falta de respostas aos esforços desenvolvidos na experiência em produtos orgânicos que vinham passando por alguns revezes, o retorno do investimento nesta atividade é a longo prazo o que levava dificuldades de sustentabilidade financeira. No turismo a rentabilidade é diária, desta forma as necessidades básicas

são supridas, permitindo que o agricultor desse continuidade a produção orgânica.

4.1 - PROPRIEDADES QUE PARTICIPAM DO AGROTURISMO EM SRL

Segue abaixo algumas propriedades que participam do agroturismo:

POUSADAS DE SANTA ROSA DE LIMA

POUSADA DOCE ENCANTO



Vista panorâmica da pousada.



Refeitório



Entrada do Refeitório

– a propriedade é de 32,5 hectares, 12 hectares de mata nativa, fica localizada a 124 km de Florianópolis via

Rancho Queimado na comunidade Rio dos Índios. A propriedade é membro da cooperativa de agricultores agroecológicos - AGRECO. Tudo que é servido à mesa da família e dos turistas (verduras, frutas, produtos de origem animal...) é produzido na propriedade utilizando técnicas de agroecologia. Além disso, cultivam de forma orgânica a cana de açúcar para o processamento do açúcar mascavo, do melado, produtos manipulados pela família que são distribuídos levando o nome da Agreco, valorizando, assim, o produto que será comercializado. Também fabricam licores caseiros.

A família agricultora divide seu cotidiano entre a pousada e a agricultura, sendo que o turista pode participar de todas as atividades, desenvolvidas na propriedade.

A família é conhecida pela marcante cultura alemã e pelo alto nível de consciência ecológica

POUSADA DAS ÁGUAS



- com 10 hectares e a 120 km de Florianópolis via Rancho Queimado, a propriedade é perfeita para quem quer se

sentir no campo como se estivesse na própria casa. Produzem frango caipira e verduras. Alugam a propriedade para pequenos grupos. A proprietária cuida do café da manhã – e se for da preferência dos hóspedes – se retira para a cidade, deixando os hóspedes à vontade. Deixam todos os pertences na casa para o desfrute do turista, confiam como se estivessem recebendo um familiar.

POUSADA VITÓRIA (ou POUSADA DA DIDA)



- a propriedade é de seis hectares, a 120 km de Florianópolis via Rancho Queimado, sendo que a distância entre o centro da cidade e a pousada é de seis km. Tem como principal atividade agrícola a produção de mel através da qual a família participa da Agreco. Também cultivam para a família e para os hóspedes verduras, legumes e frutas da estação. Frangos e peixes também são produzidos, tudo orgânico e muito saudável. Divide seu cotidiano entre a pousada, suas atividades como apicultora e os cuidados na produção dos alimentos que serve aos hóspedes.

POUSADA BOEING



- oferece privacidade a 120 km de Florianópolis, a distância entre o centro de SRL e a Pousada é de seis km. Com 19 hectares e 10 hectares de mata nativa, o casal deixa seus hóspedes a vontade. Alugam para pequenos grupos, oportunizando aos visitantes a participarem das atividades diárias com a família ou o descanso da casa, do banho de cachoeira ou pesca no lago. Mel é o principal produto, contudo a produção da família é bastante diversificada, possuem criação de galinhas, ovelhas, vacas de leite, porco, peixe orgânico, além da produção de aipim, batata, milho e verduras. Além do mel, o visitante pode levar para sua casa os produtos *in natura* como o aipim, a batata, as verduras.

SÍTIO DA CRISTINE



– propriedade de 10,5 hectares, dois hectares de mata nativa, localizado no município de Santa Rosa de Lima a 3,5 km do centro da cidade. É considerado um refúgio, com uma bela visão para uma área de mata nativa. O visitante poderá ouvir o ronco dos bugios e o canto dos pássaros na mata, colher frutas no pé, pescar no açude,

colher ovos do galinheiro, tirar leite e estar em total sintonia com a natureza.

SÍTIO ÁGUAS MORNAS



– no município de Santa Rosa de Lima, a 5 km do centro da cidade, a propriedade de 37 hectares, mata nativa de sete hectares oferecem a experiência de passar um dia em uma casa típica de alemães. A produção do sítio é bastante diversificada, voltada para a subsistência da família e para o turismo. Mas o que chama mesmo a atenção da criança é a variedade de animais criados na propriedade, que inclui patos, marrecos, perus, carneiros, peixes, vacas.

QUARTOS COLONIAIS ASSING



– a propriedade é de 50 hectares, 20 hectares de mata nativa. Típicos agricultores do interior de Santa Catarina, de descendência alemã e alto nível de consciência ecológica, a família divide seu cotidiano entre os cuidados com os visitantes, a fabricação de pães artesanais, a produção de leite, a agroindústria de cana de açúcar que o proprietário divide com o irmão da Pousada Doce Encanto e o trabalho no campo. Produzem verduras, frutas, peixe orgânico e também cana de açúcar para agroindústria da família. Além disto, a família fabrica pães maravilhosos assados em forno a lenha, que abastecem a merenda das escolas da região. Também são membros da cooperativa de agricultores agroecológicos – Agreco.

QUARTOS COLONIAIS VANDRESSEN



- propriedade de 11 hectares, mata nativa de seis hectares, no município de Santa Rosa de Lima, a família oferece conversas animadas, onde tratam os hóspedes com se fossem parte da família. O casal já aposentado planta verduras, frutas, milho, aipim, feijão, etc. para o consumo da família e dos visitantes. Também criam pequenos animais e vacas leiteiras, de onde tiram o leite para fazer o queijo, a nata e a coalhada.

4.2 - REGRAS BÁSICAS ASSUMIDAS PELAS POUSADAS

Estas pousadas, sítios e quartos coloniais, associados têm normas a serem seguidas. Dos alimentos oferecidos 50% devem ser produzidos na propriedade e 30 % dos vizinhos da região. Isso tudo fortalece a economia do desenvolvimento sustentável de toda a região, estimulando uma vida mais saudável e com mínimo prejuízo para o ambiente.

Os turistas fazem as reservas direto nas Pousadas ou através da Associação Acolhida na Colônia. Geralmente, os que não conhecem a região fazem a reserva através da associação que organiza a distribuição por meio de rodízios, já os visitantes mais antigos costumam reservar diretamente com o proprietário. Nesta situação, reserva direto na pousada, o proprietário afiliado deve destinar 5% do faturamento com a hospedagem para a associação.

O controle feito entre as partes acontece por meio de um livro de hóspedes das pousadas, onde os visitantes assinam. A ética é a principal garantia entre as transações.

Cada família inserida no agroturismo possui atrativos e formas distintas de recepcionar o visitante, partilhando o seu modo de vida, seus costumes, valores e tradições com habitantes do meio urbano. Oferecem serviços de qualidade baseados na valorização e sustentabilidade do meio ambiente e da cultura local e ainda mantém suas atividades agropecuárias. Esta modalidade tem estabilizado a economia local, desenvolvendo empregos nas atividades ligadas à atividade agrícola e também as práticas de turismo além de abrir oportunidades a negócios diretos.

4.3 – O AGROTURISMO NO DISCURSO DAS FAMÍLIAS ASSOCIADAS

Devido o desenvolvimento da atividade turística no município, embora o agroturismo ainda seja uma novidade na região, o cotidiano dos moradores tem sofrido alterações que mexeram com os aspectos sociais e econômicos. A começar pelas construções restauradas, edificações e antigas estufas de fumo, que hoje são restaurantes e pousadas.

Esta pratica confere transformações no próprio conhecimento do agricultor que teve que aprender a gerenciar as novas atividades conciliando a agricultura, a agroindústria e o agroturismo. O projeto é grandioso e propõe valorizar os costumes e o local. Todos da família se comprometem com o agroturismo, assumem papéis de complementaridade no processo.

O proprietário da Pousada “Doce Encanto” foi um dos agricultores que aderiu a Agreco, depois de passar por dificuldades e não conseguir mais viver com a renda de sua propriedade. Por problemas de saúde advindos da fumicultura e falta de recursos financeiros, seguindo o exemplo de outros agricultores familiares estava pronto para deixar o campo e ir trabalhar nas grandes cidades. Conforme nos disse, andava desanimado, tentou produzir leite, mas o terreno acidentado dificultava bastante. Depois plantou fumo e acabou desistindo também devido o preço flutuante além de debilitar sua saúde e de sua família devido o uso abusivo de agrotóxicos. Montou uma granja para produzir ovos que acabou não dando certo. Finalmente, decidindo pela plantação de cana-de-açúcar, associou-se a Agreco, no ano de 1999, percebendo que teria de agregar valor à produção de cana-de-açúcar, montou uma fábrica. Isto foi possível com a ajuda de recursos do Pronaf. Hoje produz melado, açúcar mascavo e licor seguindo as regras da agricultura orgânica.

O fato de receber pessoas nos finais de semana, interessadas na produção e na forma de produzir de forma orgânica levou o proprietário a montar um refeitório. A antiga estufa de fumo deu lugar a sete quartos para hospedar os visitantes.

Esta família aumentou, novo filho veio anunciar momentos prósperos. Atualmente, a produção orgânica, a agroindústria e o agroturismo são a fonte de renda desta família. Abandonar o campo é coisa do passado. A filha mais velha estuda agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina, tem a intenção de voltar para casa e ampliar os negócios da agroindústria e do agroturismo.

Na segunda propriedade visitada, a Pousada Vitória, a entrevistada nos conta que sua família também teve que abandonar o campo indo morar em São Paulo e trabalhar de caseiros. Como ela era de menor, tivera que acompanhá-los, retornando algum tempo depois, vindo morar com a avó. Atualmente casada, ela e sua família passaram a trabalhar como apicultores. Também são filiados da Agreco e fazem parte da associação Acolhida na Colônia. Produzem mel orgânico e na casa usada pela família nos finais de semana, iniciou seu trabalho com o agroturismo, transformando-a em pousada.

Para esta família, os benefícios foram percebidos a princípio com a mudança da agricultura convencional para uma produção orgânica, levando-os a adotar uma vida mais saudável.

É compensador participar do agroturismo, segundo a entrevistada. Embora precisem trabalhar muito. Ao ser indagada de qual seria a principal renda da família, ela foi bem incisiva, que seria a produção de mel... *“num caso de crise o primeiro a sofrer é o turismo, agora comer temos que fazer sempre”*.

Durante as entrevistas ficou registrado o alto grau de orgulho e interação do agricultor neste projeto do agroturismo.

A saga destas duas famílias agricultoras são exemplos de situações diversas, uma vez que as dificuldades por que vinham passando, até mesmo para suprir as necessidades mais básicas, levaram muitos dos moradores da região a deixarem o local buscando a sorte em outros lugares (nas regiões urbanas). Porém, sem qualificações para o trabalho, ou sentindo saudades da terra natal, acabavam retornando para o local de origem.

Algumas famílias foram visitadas de passagem devido à falta de tempo disponível para realizarmos o trabalho de forma mais adequada. As informações obtidas eram de que algumas propriedades serviam refeições coloniais, forneciam alimentos para outras pousadas auxiliando na diversidade dos produtos oferecidos. Aposentados que também atuam no agroturismo complementando a sua renda. Família que partiu e retornou dez anos depois, praticando a agricultura, onde tem através do agroturismo uma forma de agregar valor aos seus produtos, os quais, além dos mercados são vendidos aos visitantes.

Aproveitando as poucas oportunidades disponíveis, conversamos também com os turistas. Uma senhora acompanhada da amiga era freqüentadora assídua da pousada, vinda de Brasília, estava com passagens compradas para passar as férias em Natal/RN, mas não podia deixar de passar por ali.

Também percebemos numa das paredes da pousada, fotos tiradas de pessoas que por ali passaram, deixando momentos únicos registrados. Orgulhosos, apontavam pessoas de nacionalidades diferentes.

A experiência vivida por eles através do agroturismo era repassada para outros visitantes que por ali passavam, numa troca mutua de experiências, a interação entre os proprietários e nós visitantes era tranqüila. A hora de ir embora era marcada pelo “até logo”, certos de que quem partia iria voltar.

Além das trocas de experiência com os turistas, há também uma troca com os próprios participantes onde percebemos as relações de amizades e companheirismo. “_Vocês estiveram na D. E. Ela não está recebendo ninguém por que está doente. Vocês não viram se ela está melhor?”

Percebemos durante o trabalho de campo que as bagagens dos visitantes retornavam maiores, os produtos adquiridos durante a visitação era diversificada, desde alimentos, bebidas e artesanatos produzidos pelas famílias.

4.4- MULHERES

A mulher do campo, até então, por conta da tradição de subordinação, era invisível, embora sobrecarregada de responsabilidades. Atualmente, no município em estudo, percebemos algumas mulheres na administração das pousadas. Enquanto os homens passam o tempo envolvido nos trabalhos agrícola e afim, as mulheres e os jovens estão envolvidos com os serviços oferecidos aos turistas, tais como, a produção de gêneros alimentícios e artesanais para o turismo.

São elas que recebem os visitantes, apontando as acomodações, preparam as refeições, apresentam os produtos artesanais produzidos por elas dentre outros afazeres de sua responsabilidade.

Em algumas propriedades na hora de fechar a contas e pagar as diárias é o homem quem recebe, noutras é a própria mulher que se encarrega das ocupações relacionadas ao turismo.

No agroturismo, a mulher do campo demonstra satisfação, tem auferido renda própria, melhor qualidade de vida, futuro para seus filhos e reconhecimento de seu valor. Os visitantes sempre se interessam pelo artesanato e gostam de ouvir suas histórias de vida sempre incentivando-as. A sobrecarga de afazeres, mesmo que questionadas, são compensadoras quando pensam no passado e o que elas possuem atualmente. Tem sido um prêmio para elas, terem a família tão unida com os filhos tão envolvidos e amadurecidos.

As mulheres da região dividem seu tempo entre os afazeres domésticos e os produtivos. Elas cuidam do lar, das crianças, zelam pela saúde da família, cuidam da horta e dos animais, além de gerenciar a propriedade e o empreendimento, onde no agroturismo, recebem, cozinham, fazem o papel de camareiras para atender os visitantes.

O agroturismo inseriu a mulher no mercado de trabalho. Embora seja uma atividade familiar, enquanto os homens estão envolvidos nos trabalhos agrícolas e afins, o que se verifica é um predomínio da mulher na prática do turismo.

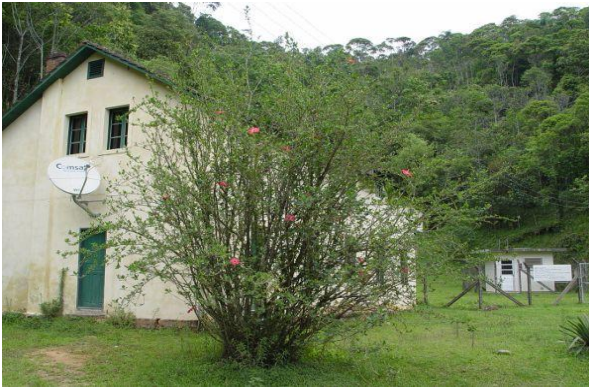
4.5 - JOVENS

O agroturismo é também uma alternativa para manter os jovens no meio rural. As dificuldades enfrentadas por eles, quando se mudam para as cidades, devido aos altos custos os têm levado a reavaliar sua posição e a descobrir que podem ter um padrão de vida comparável ao do meio urbano, havendo vantagens quanto aos custos de moradia no meio rural (CARNEIRO, 1998). E como não há mais tantas dificuldades de locomoção nem diferenças culturais, principalmente quando há grandes centros urbanos próximos, a probabilidade de os jovens permanecerem no campo tem aumentado.

Os jovens sem perspectivas migravam para as grandes cidades à procura de emprego, atualmente engajados na produção orgânica e o agroturismo, com o intuito de se fixarem no campo e dando continuidade ao trabalho dos pais e também assumindo afazeres necessários para o desenvolvimento da atividade turística.

Os filhos de agricultores atuam ativamente no agroturismo, recebem os turistas, servem de guias nas trilhas ecológicas e auxiliam nas tarefas domésticas da pousada. O trabalho é intenso, recebem hóspedes com frequência, ocupando toda a família inclusive nos finais de semana.

Para os jovens com o 2º grau completo há o curso de formação e capacitação para agricultores jovens do território das Encostas da Serra Geral. A escola prepara os jovens para atuarem nas áreas de agroecologia, preservação de recursos naturais e agroturismo. Os jovens passam três semanas em casa com a família e uma semana na escola, isto num período de dois anos, quando então completam o curso. O 2º grau concluído é uma exigência para poderem fazer o curso, porém: “_...mas se por acaso tenha parado os estudos e o jovem quiser muito, eles abrem uma exceção”. Nos diz o entrevistado.



O Centro de Formação em Agroecologia e Agroturismo das Encostas da Serra Geral fica num casarão antigo de 1933, onde funcionou até 1960 um hotel para hospedar visitantes que vinham se banhar nas águas termais. Em 2003, este casarão fora doado à Prefeitura que por sua vez cedeu o prédio à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

4.6 - RESULTADOS

Aponta-se que antes da prática da agroecologia, a exemplo das famílias entrevistadas, o êxodo rural era comum na região das Encostas da Serra Geral devido a pouca movimentação econômica e social e do isolamento dos municípios da região, ocasionando a saída dos jovens em busca de emprego e educação nas grandes cidades. Além da criação de oportunidades de trabalho e de renda. O projeto agroecológico se inseriu num objetivo maior na região, que foi a de superar a prática do uso de agrotóxicos, predominante entre boa parte dos produtores.

Verificou-se que o processo agroecológico está diversificando a geração de renda. Como as rendas obtidas num processo agroecológico são a médio e longo prazo, a diversificação da mesma é muito importante para satisfazer as necessidades mais imediatas.

Reconhecem que se trabalha mais na produção orgânica, mas a remuneração é mais justa e compensatória. Atualmente, com o complemento da renda auferido através do turismo, tem-se tornado o pequeno produtor mais satisfeito. Oferecem os produtos e serviços em parcerias com os vizinhos, defendem as vantagens de trabalhar em grupo trocando experiências e matéria prima, logo, mais conscientes da dimensão comunitária.

Atualmente a formação de renda do agricultor familiar é composta principalmente pela venda de produtos agrícolas trabalhando sob a orientação agroecológica, pelo agroturismo. Verificou-se que as alternativas de renda da família depende dos ganhos obtidos em atividades agrícolas e não agrícolas. Sendo que as atividades não agrícolas são de caráter complementar.

A princípio tudo era novidade, impulsionados e incentivados a participar. Inclusive a crise por que vinham passando os levava a se engajar fortemente, buscando alternativas para dias mais prósperos.

Hoje trabalham cativando o interesse dos visitantes na expectativa de retornarem. *“A melhor propaganda é a que é feita de boca em boca”*. Coloca a entrevistada da pousada Vitória.

“O visitante bem recebido sempre volta”- falavam freqüentemente os entrevistados. Reforçando sua fala citava como exemplo, pessoas que freqüentam assiduamente a pousada há mais de cinco anos, e que não aparecem por longo espaço de tempo isso é motivo de preocupação - “fulano faz tempo que não aparece”.

As pessoas que por ali passaram, ficaram registradas na memória do pessoal local, alguns nomes e jeito de ser são lembrados nas conversas com os novos visitantes - *“Quando D. Maria esteve aqui, ela tomava bastante suco porque era natural e orgânico, preparadinho na hora, era uma jarra atrás da outra”*.

Um dos resultados positivos foram as obras de beneficiamento a toda a comunidade, como o término do capeamento asfáltico da SC 407, que trará uma maior agilidade de ligação com os demais municípios da região. Desta forma, acredita-se num incremento na economia local com escoamento da produção e a visitação de turistas facilitados.

Abaixo segue fotos das obras em andamento:





CAPÍTULO 5

QUALIDADE DE VIDA

O turismo foi se implantando aos poucos, transformando o cotidiano do produtor o que influenciou na qualidade de vida dos mesmos. De acordo com a própria avaliação dos agricultores, além do ganho financeiro, a valorização pessoal, a preservação do meio ambiente e da cultura, conquistaram a possibilidade de futuro.

A princípio a melhoria de renda auferida do agroturismo, para algumas famílias foi o fim da crise financeira, dando a elas o conforto de suprirem as necessidades básicas, mas, conforme os entrevistados a valorização social foi também um fator muito importante. As pessoas procuram por eles, curiosos, interessados em aprender as técnicas utilizadas e o conhecimento do agricultor.

Outros aspectos que o agroturismo tem contribuído para a qualidade de vida das famílias é com relação: a alimentação, que é assegurada quantitativa e qualitativamente. Uma das normas da Associação Acolhida na Colônia é que os alimentos oferecidos aos turistas seja 50 % produzido na propriedade, além de dar a preferência aos alimentos de origem orgânica. O que é oferecido ao turista foi incorporado pelas famílias como os hábitos alimentares, que é o consumo de frutas e saladas nas refeições e a gordura reduzida no preparo dos alimentados.

A saúde e a segurança são outros fatores importantes. A saúde foi beneficiada pela segurança alimentar, pela higiene, organização dos ambientes, saneamento básico, garantindo as famílias o bem estar.

Alguns estudiosos apontam a sobrecarga de trabalho, principalmente entre as mulheres que dividem seu tempo entre a horta, ao atendimento aos turistas como: cozinhar, servir de camareira dentre outros afazeres na pousada, até os cuidados com a própria família. Além da atenção dispensada aos filhos elas ainda arrumam tempo para preparar os artesanatos, também vendidos aos turistas. Durante a entrevista, para algumas mulheres,

esses afazeres excessivos são uma troca pelo que elas possuem hoje.

A relação íntima com a natureza é um traço característico da ruralidade e do modo de vida rural, onde o pequeno agricultor tira seus meios de subsistências e, ao preservar o meio ambiente natural, reproduz também o espaço de vida de seus moradores. A preservação da natureza atua como suporte para a exploração econômica do meio ambiente através do turismo rural e outras atividades afins, transformando a vida do homem do campo.

As fotos abaixo reproduzem a preocupação dos proprietários em manter a ordem e conservar o meio em que vivem, na intenção de conscientizar os visitantes:





Por trás da idéia da preservação e valorização do patrimônio natural e histórico-cultural encontra-se a

possibilidade de expansão dos empregos graças a pluriatividade e multifuncionalidade econômica no meio rural. A pluriatividade é a expansão das atividades exercidas no meio rural, seja por meio do trabalho autônomo nos variados ramos, seja por meio do trabalho para terceiros. A multifuncionalidade diz respeito à diversidade de atividades (inclusive novas) desenvolvidas no meio rural para além da atividade agropecuária.

Logo, o turismo rural vai muito além da oferta de uma alternativa de férias aos consumidores, deve ser visto e promovido como uma atividade que se equilibra com outras, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural.

O turismo rural proporciona benefícios como:

- propiciar a valorização do ambiente onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural;
- pode contribuir para a reorganização social e econômica local, uma vez que oferece benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo;
- criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais;
- aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, favorecendo a ambos em termos dos preços praticados, pois eliminam os atravessadores, podendo o preço alcançar patamares mais razoáveis.
- Beneficiamento da comunidade local devido a realização de obras de melhoria da infraestrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos como o saneamento básico, pavimentação das estradas, acesso a telecomunicações, recuperação de áreas degradadas, conservação de parques e reservas florestais. (Graziano da SILVA, VILARINHO,

DALE, 1998; CAMPANHOLA e Graziano da SILVA, 1999).

- Ampliação do mercado local com possibilidades de absorção de mão-de-obra, podendo ocorrer em atividades internas às propriedades rurais como externas.

Segundo CAMPANHOLA, (1999) & GRAZIANO DA SILVA (1999), o aumento no fluxo de turistas na região despreparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente. Sendo assim o turismo também pode ocasionar problemas para a população local tais como:

- em uma pequena comunidade que não tenha redes de esgotos compatíveis com a população usuária, podendo ocorrer poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios;

- a possível degradação leva a uma redução das visitas e turistas devido a perda da atratividade;

- descaracterização da cultura local adulterada pela intensificação das relações mercantis e pela ampliação das possibilidades sócio-culturais dos mais jovens que, muitos casos, acabam recusando-se a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua.

- Aumento do tráfego de pessoas e a ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos.

- Outra situação importante é devido o fato de o turismo ser seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Enquanto em algumas localidades essa atividade dinamiza a economia, em outras pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais.

- Aumento da violência e do uso de drogas, típico de situações sociais de intensificação das relações humanas.

- Aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, como aumento nos preços das atividades de prestação de serviços e de acesso à moradia.

Valorização das terras, nos momentos de expansão, que levam muitos agricultores a venderem suas propriedades, aproveitando a alta dos preços fundiários, e migrando para trabalhar nas cidades. A função da seletividade do mercado de trabalho urbano culmina por forçar os retirantes a retornarem para o local de origem não mais como proprietários.

Assim sendo, vislumbra-se que a valorização do agroturismo tem que ser tratado com muita cautela, visto que mesmo trazendo uma gama de benefícios conforme estudado acima, existem os prejuízos que precisam ser levados em conta e necessitam de uma atenção especial, para que sejam sanados. Desta forma, equilibrando os benefícios (que são muitos) com a atenuação dos prejuízos, o agroturismo reveste-se como incentivador do ambiente rural, além de modernizar e trazer mais qualidade de vida aos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incremento de novas tecnologias, a utilização em larga escala de insumos e máquinas industriais, alterações biogenéticas, a introdução de variedades de plantas e animais de alto rendimento, apontam as três últimas décadas onde o Brasil conheceu um desenvolvimento econômico sem precedentes em sua história.

Não somente em SRL-SC, mas em todo Brasil, as famílias de agricultores enfrentam grandes dificuldades na geração de renda na agricultura familiar, desta forma é necessária a implementação de outras atividades que venham a garantir condições dignas e uma melhor qualidade de vida. Lembrando WANDERLEY (2002), o meio rural deixou de ser visto como fonte de problemas, se apresentando atualmente como fonte de soluções.

O caráter multifuncional da agricultura familiar, devido os diferentes papéis que ela pode desempenhar, mostrou-se receptivo a introdução do agroturismo, pois levando em conta as dificuldades em se manter no campo devido à escassez de recursos financeiros e à desvalorização dos produtos agrícolas, num primeiro momento, gerou renda e evitou o êxodo rural. As atividades não agrícolas cada vez mais constituem formas alternativas e/ou complementares de geração de renda dos produtores rurais no meio rural.

O agroturismo, na região de SRL é praticado por agricultores familiares dispostos a compartilhar seu modo de vida com os habitantes do meio urbano. Os agricultores, mantendo suas atividades agropecuárias, oferecem serviços de qualidade, valorizando e respeitando o meio ambiente e a cultura local. Nesta ação, acima de qualquer ganho, a valorização do agricultor, enriquecendo sua auto-estima e garantindo o futuro de sua família, mantendo-a unida, é algo que comparece com frequência no discurso de todos os entrevistados.

Num convite para partilhar com a família do seu jeito de ser, morar e trabalhar, o homem, mulher e jovem rural associa a venda de produtos do campo com o conhecimento do campo para o turista, proporciona uma

troca entre as pessoas do campo e da cidade num intercâmbio comercial e cultural. As atividades do campo diversificaram, aumentou a oferta de serviços e de produtos locais.

O município é reconhecido pelo seu potencial turístico, caracterizado pelas paisagens e matas intocadas, o que torna a região um lugar privilegiado, o que favorece a relação dos agricultores familiares com os que vivem nas áreas urbanas. A agricultura familiar da região apresenta processos inovadores de comercialização, como comércio de produtos sem uso de agrotóxicos. Estimulados pelo poder público municipal e estadual, as indicações geográficas de qualidade vistas como um potencial para agregar valor à produção regional tem favorecido a agricultura familiar e a valorização de recursos territoriais específicos, contribuindo com o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura.

O turismo rural é uma atividade não agrícola que mais tem crescido no meio rural. O agroturismo contribuiu para o desenvolvimento local, porém, não deve ser visto como a solução para todos os problemas. Esta modalidade do turismo deve atuar como complemento de renda familiar. Este desenvolvimento deve se dar a nível local, havendo a participação e envolvimento de todos os atores sociais.

A comunidade local, em geral, também é beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo rural. Várias ações foram realizadas, como cursos técnicos, palestras e outras, no sentido de conscientizar a todos os segmentos da comunidade de que o turismo seria uma alternativa economicamente viável.

Os agricultores receberam treinamento, e agregaram valor aos produtos de qualidade, produzindo de forma orgânica. O escoamento da produção se dá com a eventual circulação de turistas na comunidade.

Preocupações em estabelecer limites locais nesse empreendimento, para evitar possíveis desequilíbrios sociais e ambientais, desta forma pode-se garantir uma melhor qualidade de vida, garantindo a paz, a tranqüilidade do campo e a complementaridade da renda. Lembrando CAMPANHOLA & SILVA, sempre acabará

“respingando” alguma benesse para as camadas mais pobres da população.

Como resultado da luta e transformação que vem ocorrendo na região, conforme o Prefeito Celso Heidemann, SRL foi incluída em 22/11/2001 no programa do Ministério do Turismo como um dos novos destinos turísticos do Brasil. Levou o título de a Capital da agroecologia, dentre outros reconhecimentos pelos esforços de toda a comunidade.

Conforme Wanderley (2003, p.9-16), é de extrema importância insistir em estabelecer no debate acadêmico, um espaço de reflexão com as tradições teóricas amplamente citadas que nos lembram de categorias como parentesco, memória coletiva, normas e valores, tradições, territórios, construção do patrimônio familiar, capital social, entre outras. Na agricultura familiar, a percepção que se observa é a presença de elementos de continuidade, capacidade de adaptação e de resposta dos agricultores às transformações e demandas da sociedade moderna.

Mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida como pura e simplesmente um setor econômico, o que se deve privilegiar, é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e reprodução social, apreendendo-se da riqueza explicativa do conceito de multifuncionalidade da agricultura, e numa perspectiva interdisciplinar busca-se verificar como tal noção contribui para a compreensão de processos sociais, culturais e econômicos que ocorrem no meio rural brasileiro (CARNEIRO e MALUF, 2003, P. 17).

Enfim, além do fato do caráter multifuncional ter tornado o turismo rural propício para a propriedade, a Acolhida da Colônia facilitou a circulação dos produtos lá produzidos, chamou os jovens ausentes para as atividades relacionadas ao turismo bem como apresentando novas perspectivas a outros. Destacando-se ainda, a verdadeira acolhedora, a mulher do campo.

ANEXOS:

Perguntas norteadoras para a realização das entrevistas no trabalho de campo:

- 1 – Como era o modo vida antes e como esta sendo depois da introdução do agroturismo na região?
- 2- Qual seria a formação de renda do agricultor familiar?
- 3 - Qual seria a principal fonte de renda?

A CULINÁRIA

A culinária é uma das formas de agradar os turistas e fazer com que eles voltem a região, mesmo que seja para uma visitinha rápida para almoçar com os novos amigos. Os pratos são tradicionais e preparados em fogões a lenha, servidos de maneira simples e humilde. Os alimentos são produzidos pelos proprietários de forma orgânica e pelos que participam do agroturismo.







Gemüse – prato típico alemão

Numa das propriedades visitadas há o pesque-service, onde o visitante pesca o peixe que irá comer nas refeições preparadas na pousada. Como nos coloca a entrevistada os peixes também são criados de forma orgânica.



AÇUDE

**FOTOS DE ALGUMAS PLANTAÇÕES E ANIMAIS DA
REGIÃO**





FOTOS DIVERSAS





Caminho para as trilha



A simplicidade cativante, e os brinquedos rústicos tornam as imagens das propriedades bastante cativantes.





BIBLIOGRAFIA:

ACOLHIDA DA COLONIA. Disponível em <http://www.acolhidanacolonia.com.br>

AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Disponível em <http://www.agreco.org.br>

ALMEIDA, Joaquim A. e RIEDL, (org) Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento (2000) Bauru SP: EDUSC. Editora da universidade do Sagrado coração.

ALMEIDA, Joaquim A. (org) (2000), Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – Anais

AUED, Bernadete Wrublevski. & PAULILO, Maria Ignez Silveira.(org) Agricultura Familiar, Florianópolis, Insular, 2004.

BECKER, Howard S. “Problemas de inferência e Prova na Observação Participante”. “Evidencias de trabalho de campo”. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Ed. Hucitec

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. (edit.) **O Novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**, v.2. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, 185 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Olhar, ouvir, escrever”. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo:Editora Unesp, 1998.

CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. S. (2003), Para além, da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. MAUAD Editora. Rio de Janeiro.

CARNIELLI, L. & PIN, J. V. (2005) Agroturismo: impactos do Turismo no Espaço Rural. In: STANGE, A. & CALIMAN, O. Impactos sobre o Turismo no Espírito Santo. Vitória: SEBRAE/ES. p. 33 – 43.

CICOUREL, Aaron. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In: Zaluar, Alba(org). *Desvendando mascaras sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980, pp.87-122.

Divisão Territorial do Brasil. *Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais e Estimativas da população*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos>(2009)

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Resumo do Final do Projeto UTF/bra/036 (Segunda versão), mar. 1995).

GEERTZ, Clifford. “Estar lá, escrever aqui”. *Dialogo* n3, vol.22,1989.

GEERTZ, Clifford. “Descrição densa: Por uma teoria interpretativa das culturas”. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro. In: OLIVEIRA, C.G. de S.(org.) **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 1999.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar. Comparação internacional I: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 336 pp.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília. 2003.

www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdt

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2003.

NOGUEIRA, Verena S. – mestranda em Sociologia UNICAMP, **O agroturismo como forma de inserção da mulher rural no mercado de trabalho: u estudo de caso sobre o município de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo** – XIV – Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP – Caxambu-MG – Brasil (2004).

SILVA, J. G.; VILARINO, C. & DALE, P. J. (1998) Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. Versão apresentada no **Congresso internacional sobre “Turismo rural e Desenvolvimento Sustentável”**, realizado em Santa Maria(RS), de 27 a 29 de maio de 1998, e disponível em www.eco.unicamp.br.

TUBALDINI, Ma. Dos S. 2006, Turismo e populações rurais, v. 7, n.2

Turismo em Debate: Ciclo de Conferências – Mesa da Câmara dos Deputados 51^a Legislatura – 3^a sessão Legislativa (2001) – Brasília.

VEIGA, José Eli da. (2003) Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Ed. Autores Associados. 2^a. ed. Campinas.

Sites consultados:

<http://www.turismo.gov.br>

<http://www.embratur.gov.br>

<http://www.cepea.esalq.usp.br>

[http://www.wikipedia.org/wiki\ agroturismo](http://www.wikipedia.org/wiki/agroturismo)

<http://www.ceplac.gov.br>

<http://www.santarosadelima.sc.gov.br>

<http://www.portaldoagronegocio.com.br>

<http://www.ecodebate.com.br>

<http://www.engefoto.com>